



Ministério da Integração Nacional

Desenvolvimento da Agricultura Irrigada
Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER
Drenagem Urbana Sustentável
Eficiência na Agricultura Irrigada
Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial
Integração de Bacias Hidrográficas
Organização Produtiva de Comunidades Pobres - PRODUZIR
Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres
Proágua Infra-estrutura
Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO
Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões - PROMOVER
Resposta aos Desastres
Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2005, do total previsto para o Ministério da Integração Nacional (MI), foram utilizados R\$ 6,8 bilhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir.

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R\$ 7.882.293.369,00	Realizado orçamentário¹:	R\$ 6.769.635.389,00
Recursos não orçamentários previstos:	R\$ 74.575.843,00	Realizado não orçamentário:	-
Total previsto:	R\$ 7.956.869.212,00	Total realizado:	R\$ 6.769.635.389,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R\$ 596,9 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R\$ 460,7 milhões:

PRINCIPAIS RESULTADOS

a) Infra-estrutura hídrica

- Perímetro de Irrigação Jaíba - 1ª Etapa (MG) - Conclusão dos serviços de fornecimento e montagem eletromecânica das glebas A3 e A4 o que disponibilizou uma área de 2.300ha para assentamento.
- Perímetro de Irrigação Luis Alves do Araguaia - 2ª Etapa (GO) - A 1ª etapa de 1.854ha encontra-se concluída. Com relação à 2ª etapa de 4.736ha, foi concluída a infra-estrutura de irrigação de uso comum para uma área de 1.000ha.
- Perímetro de Irrigação Rio Balsamo (AL) – implantação de infra-estrutura de irrigação de uso comum para uma área de 700ha, compreendendo a conclusão da barragem principal e 85 % da barragem auxiliar, vertedouro e demais obras civis complementares.
- Projeto-Piloto de Irrigação Santa Rosa (PI) - Instalação da estação meteorológica e implantação de 21ha de fruticultura irrigada.
- Conclusão das seguintes obras do Proágua Semi-Árido: estação de tratamento de esgotos de Piritiba Mundo Novo/BA, Padrão Central – 1ª Etapa/BA, Barragem Arneiroz II/CE, Sistema Águas Vermelhas/MG - Blocos 1 e 3 e o Sistema Adutor do Piauitinga/SE.
- Córrego Cascavel - GO – concluída obras de canalização de 95m do córrego e construção de uma ponte de travessia.

b) Desenvolvimento regional e defesa civil

- O Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira atendeu a uma

¹. A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

população estimada em 1.050.000 habitantes, com 75 projetos de infraestrutura social e econômica e 15 projetos de Plano de Ação em 76 municípios de 10 estados, estimulando assim o desenvolvimento regional econômico e social, a permanência da população no local em que vive e sua integração ao conjunto da sociedade nacional.

- Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO) apoiou 43 arranjos produtivos locais, 64 associações e cooperativas e capacitou 4.118 pessoas.
- Defesa Civil – 3.762 Municípios (67,66% do total nacional) com Coordenadorias Municipais de Defesa Civil e capacitação de 10.314 agentes de defesa civil no País.

ASPECTOS RELEVANTES

Cabe destacar a importância crescente da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) como indutora da ação do Governo Federal. Neste aspecto destaca-se a atuação da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, presidida pela Casa Civil da Presidência da República, e do seu Grupo de Trabalho Interministerial de Programas de Desenvolvimento Regional (GTI-PDR), coordenado pela Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional. Ao longo de 2005, o GTI-PDR definiu uma Agenda de Compromissos para atuação multissetorial em 5 Mesorregiões Prioritárias, em 9 sub-regiões do Semi-árido nordestino e em 5 Cidades Gêmeas prioritárias. Para implementação dessa Agenda, foram realizadas articulações interministeriais e federativas que permitiram identificar potencialidades e dificuldades intrínsecas ao processo de concertação da ação governamental.

A principal restrição na vertente de infra-estrutura hídrica está relacionada ao projeto de transposição do Rio São Francisco. Os atrasos ocorreram no processo de licenciamento ambiental, nas contratações das obras civis, no fornecimento e montagem de equipamentos e nos projetos executivos dos 14 lotes nos quais foram segmentados os dois sistemas adutores previstos, Eixo Norte e Eixo Leste. Tais atrasos são consequência de diversas liminares impetradas junto ao Supremo Tribunal Federal - STF questionando o processo de licenciamento ambiental do projeto de Integração do Rio São Francisco e suspendendo preventivamente todos os atos administrativos e processos licitatórios relativos ao projeto. As providências para reversão desses atrasos deverão estar concentradas nas medidas de ordem legal desenvolvidas pelo Ministério da Integração Nacional (MI) e Advocacia Geral da União (AGU) no sentido de derrubar as liminares vigentes e retomar o processo de licenciamento ambiental obstando a licença de instalação, bem como dos processos licitatórios para execução de obras, fornecimento e montagem de equipamentos e desenvolvimento dos projetos executivos.

Um problema geral que o MI enfrenta na execução de suas ações está relacionado à assinatura dos convênios. Muitas metas não foram alcançadas em razão dos problemas de ordem institucional, decorrentes de pendências não cumpridas ou atendidas com atraso pelos estados e municípios. Além disso, limitações de ordem orçamentária e financeira, próprias de ajustes macroeconômicos, prejudicaram o atingimento das metas estabelecidas.

RECOMENDAÇÕES

- Aprimorar a interface entre o Ministério da Integração Nacional e o Ministério das Cidades, pois em várias obras, principalmente as do programa Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido (CONVIVER), há superposição de competências, no que diz respeito ao tratamento de água.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional.

DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA

OBJETIVO

Aumentar a área irrigada, como meio de promoção do desenvolvimento regional, visando a geração de empregos e a distribuição da renda.

PÚBLICO-ALVO

Produtores e trabalhadores setor primário.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA INDICADOR(ES)

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 222.570.292,00	Empenho Liquidado: R\$ 82.279.262,62 Pago estatais: - Total: R\$ 82.279.262,62
Previsto não orçamentário R\$ 47.935.843 ,00	Realizado não orçamentário R\$ 8.869.950.931,00

1. ÁREA INCORPORADA À AGRICULTURA IRRIGADA PÚBLICA

Unidade de medida: Hectare (ha)

Último índice apurado: 9.300 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 220.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Muito baixa. A grande maioria dos projetos deste programa encontra-se em fase de construção, captação, armazenamento e adução. A mensuração do índice somente se torna possível quando da implantação da infra-estrutura de irrigação de uso comum (área irrigável). A meta prevista para 2005 não pôde ser alcançada, tendo em vista fatores de ordem orçamentária e financeira, além daqueles de ordem institucional, administrativa e legal. Assim, o índice final está em fase de revisão.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A agricultura irrigada é, comprovadamente, uma das mais efetivas ferramentas de combate à pobreza e à má distribuição de renda, gerando empregos para mão-de-obra, tanto qualificada quanto desqualificada, a custos inferiores àqueles empregados em outros setores da economia. Ela também resulta em aumento da oferta de alimentos a preços menores àqueles produzidos nas áreas não irrigadas, bem como o aumento substancial da produtividade dos fatores terra e trabalho. Em que pesem os benefícios advindos do programa, a área irrigada per capita do Brasil continua sendo uma das mais baixas do mundo, colocando o país em desvantagem competitiva, em termos de produtividade dos recursos envolvidos na implantação de áreas irrigadas.

Adicionalmente, na região semi-árida, a produção agropecuária é de alto risco e baixo rendimento sem a irrigação. Nas outras regiões do país, sem a utilização da água como insumo agrícola, é possível a obtenção segura de apenas uma safra por ano, o que representa uma substancial subutilização de investimentos realizados em infra-estrutura física e de apoio à produção, assim como em maquinaria agrícola. O crescimento da agroindústria é igualmente reprimido, haja vista a disponibilidade, apenas sazonal, de matéria-prima.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Projeto de Irrigação Rio Formoso, TO: conclusão das obras da estação de bombeamento, que permitirá a disponibilização de uma área de 5.000ha referentes às 1ª e 3ª etapas, propiciando benefícios a aproximadamente 14 mil habitantes. Os 5.000ha do Projeto Formoso foram considerados disponibilizados, uma vez que os recursos para sua conclusão foram liberados em 2005, apesar de a entrega da infra-estrutura só acontecer em junho/2006.
- Perímetro de Irrigação Jaíba-1ª Etapa, MG: conclusão dos serviços de fornecimento e montagem eletromecânica das glebas A3 e A4, o que disponibilizou uma área de 2.300ha para assentamento e irrigação.
- Perímetro de Irrigação Luís Alves do Araguaia- 1ª Etapa, GO: a 1ª etapa, de 1.854ha, encontra-se concluída e já está em operação e produção. Com relação à 2ª etapa, de 4.736ha, foi concluída a infra-estrutura de irrigação de uso comum para uma área de 1 mil ha. Essa área, quando estiver em operação, propiciará benefícios a aproximadamente 4 mil habitantes.
- Perímetro de Irrigação Propertins, TO: conclusão da estação de bombeamento principal e aquisição de metade dos equipamentos eletromecânicos. Estão em fase final o Canal Principal 2 e as Estações de Bombeamento Auxiliares 1, 2, 3 e 4, referentes à primeira etapa de 5.000ha e a conclusão dessas obras beneficiará não apenas a Fase I de 900ha, mas parte da 1ª Etapa, de 5.000ha.
- Perímetro de Irrigação Rio Balsamo, AL: implantação de infra-estrutura de irrigação de uso comum para uma área de 700ha, compreendendo a conclusão da barragem principal e a execução de 85% da barragem auxiliar, vertedouro e demais obras civis complementares.
- Perímetro de Irrigação Pontal, PE: realização de obras civis da estação de bombeamento 3, conclusão do trecho B do canal principal e terraplanagem do trecho C do canal principal.
- Projeto-Piloto de Irrigação Santa Rosa, PI: instalação da estação meteorológica e implantação de 21ha de fruticultura irrigada.
- Perímetro de Irrigação Jaguaribe-Apodi, CE: construção da estrada de acesso ao perímetro para escoamento da produção e aquisição de duas bombas para a estação de bombeamento principal.
- Perímetro de Irrigação Tabuleiro de Russas, CE: conclusão das atividades de infra-estrutura do Setor 4, colocando em operação a 1ª etapa.. O projeto conta com uma área de 15.100ha, sendo a 1ª Etapa de 11.600ha e a 2ª de 3.500ha. Em 2005, foram desenvolvidas atividades que permitiram a conclusão da infra-estrutura hídrica de uso comum da 1ª Etapa, como a limpeza de canais, a desobstrução de drenos, a recuperação de estradas e a conclusão das edificações dos núcleos habitacionais. Em relação ao Setor 4,

com 2.825ha, foram executadas obras no galpão de oficina, no depósito de grãos e frutos e no depósito de insumos, além de construídos reservatórios semi-enterrados e elevados, bem como a drenagem das ruas do Núcleo Habitacional II.

- É importante relatar que outros projetos receberam recursos para andamento de suas obras, dentre eles: Perímetro de Irrigação Colônia, PI, com 200ha; Perímetro de Irrigação Jenipapo, PI, com 200ha; Perímetro de Irrigação Marrecas, PI, com 20ha; Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú, CE, 1ª etapa com 8.815ha; Perímetro de Irrigação Flores de Goiás, GO, com 1.000ha; e Perímetro de Irrigação Marituba, AL.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A execução das ações ficou condicionada a limitações de ordem orçamentária. De um total autorizado de aproximadamente R\$ 220 milhões, apenas 37% foram empenhados, prejudicando o atingimento das metas planejadas. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, devido aos limites financeiros, ao atraso na revisão dos projetos e às pendências dos convenientes, dificultando a execução do programa. Essa situação implicou diretamente em prejuízo da execução física. Quanto ao limite, os projetos mais prejudicados foram: Sampaio/TO, Formoso/TO, Luís Alves do Araguaia/GO, Piancó/PB, Pontal/PE, Tabuleiros de Russas/CE e Baixo Acaraú/CE. Quanto à liberação de recursos, Bálsamo/AL e Formoso/TO foram prejudicados.

O resultado alcançado na avaliação do programa, à primeira vista, é baixo, pois o programa sofreu danos com as emendas aos projetos, tendo seus valores alterados, o que significa que, caso fossem considerados apenas os valores propostos pelo Poder Executivo, os resultados da execução orçamentária e financeira do programa seriam melhores. Das emendas apresentadas pelo Congresso Nacional, somente duas ações (Sampaio/TO e Luís Alves do Araguaia/GO), que não foram contempladas dentro da proposta do Ministério e para as quais não houve empenhos ou liberações, somavam R\$41,6 milhões.

No tocante às emendas propriamente ditas, tomou-se o cuidado de se avaliar criteriosamente as propostas de pleitos encaminhados, com fulcro nos propósitos estruturantes que norteiam as intervenções do MI. Nesse contexto, registram-se também as limitações orçamentárias para o atendimento das emendas.

Um aspecto importante, no que tange à execução dos convênios, está relacionado com as pendências verificadas nos Estados e Municípios, as quais estão relacionadas, principalmente, à prestação de contas, à solução de aspectos técnicos (planos de trabalho e revisão do projeto) e às inadimplências no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). Somente 42% da dotação foram empenhados, implicando em baixo índice de pagamentos.

Os Estados e Municípios ainda têm muitas dificuldades em cumprir satisfatoriamente as exigências necessárias para o recebimento de recursos da União. O Ministério tem formatado mecanismos, no sentido de normatizar regras claras para obtenção dos recursos pelos Estados e Municípios, como, por exemplo, a Portaria nº 70, que disciplina as exigências para formalização de convênios e termos de parceria. Além disso, existe a prática de notificar o conveniente sobre sua situação, a fim de que haja uma presteza na resolução de suas pendências. Existe, ainda, a necessidade de os

Estados se enquadrarem nos requisitos para apresentação de pleitos, se manterem adimplentes no Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias (CAUC/SIAFI), bem como apresentarem suas prestações de contas de acordo com as exigências institucionais dentro dos prazos adequados.

Não há pessoal capacitado para a resolução de pendências institucionais, o que resulta em constantes atrasos no envio das prestações de contas ao Ministério. Os principais problemas encontrados frente aos convenientes são a inadimplência dos Estados e Municípios junto ao SIAFI, o atraso na apresentação de planos de trabalho devidamente corretos e o atraso na prestação de contas do exercício anterior na apresentação dos documentos obrigatórios.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O monitoramento do desempenho físico das obras do programa ocorre fundamentalmente por meio de visitas técnicas aos locais, cuja periodicidade é variável de acordo com o andamento do projeto e, geralmente, são realizadas após a liberação de recursos, a cada dois meses.

O público-alvo do programa somente poderá ser beneficiado quando as devidas áreas entrarem em processo de operação e produção.

O programa utiliza os seguintes mecanismos de participação social: ouvidoria, audiências públicas e reuniões com grupos de interesse. O Ministério disponibiliza um número de telefone gratuito para o recebimento de denúncias, sugestões e esclarecimento de dúvidas sobre os seus programas. Quando ocorre a implementação do projeto, durante a elaboração do estudo de impacto ambiental e do relatório de impacto ambiental pelo órgão executor, é realizada a convocação de entidades representativas da sociedade local para as audiências públicas. As reuniões com grupos de interesse são realizadas quando necessário e são promovidas pelo Ministério, que convoca os representantes dos governos estaduais e municipais.

A satisfação do usuário poderá ser avaliada quando as ações estiverem sob a responsabilidade do programa “Transferência de Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação”, tendo em vista que o programa “Desenvolvimento da Agricultura Irrigada” somente implanta a infra-estrutura de uso comum.

A ação “Gestão e Administração do Programa (GAP)” possui como principais objetos de gasto despesas com pessoal (fiscalização, acompanhamento e monitoramento das ações), viagens (deslocamento aos projetos), compra de veículos (fiscalização e visita a projetos), equipamentos de informática, ações de caráter institucional na Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF) (realinhamento estratégico), ações de caráter institucional nos projetos Jaíba, Canal do Xingó e Marrecas/Jenipapo, além de diversos estudos no âmbito do programa. Os principais objetivos dessa ação consistem em: monitorar as ações do programa; possibilitar aos técnicos se deslocarem aos projetos; contratar pessoal qualificado para a análise, avaliação e acompanhamento dessas ações; além de alguns estudos para o desenvolvimento de políticas públicas de irrigação.

RECOMENDAÇÕES

- Revisão do índice do indicador previsto para o final do PPA.
- Inclusão da ação “Operação e Manutenção de Perímetros Públicos de Irrigação”, que terá como objeto de gasto aqueles perímetros que já foram implantados, porém não se encontram em nível de sustentabilidade econômica para transferência de sua gestão.

DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA

OBJETIVO

Promover a estruturação física, social e econômica das áreas situadas na faixa de fronteira.

PÚBLICO-ALVO

População residente nos Municípios da faixa de fronteira.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 98.212.800,00	Empenho Liquidado: R\$ 18.936.002,00 Pago estatais: - Total: R\$ 18.936.002,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR

1. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NA FAIXA DE FRONTEIRA

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Difícil avaliar devido à fragilidade do indicador.

2. TAXA DE ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS NA FAIXA DE FRONTEIRA

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 20 em 01/01/2004
Índice previsto ao final do PPA: 35

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alcance do índice viável, embora insuficiente para atingir o objetivo do programa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A área de 150 km na faixa de fronteira, definida pela Lei nº 6.634/79 e associada a razões de segurança e integração nacional, constitui um espaço de atuação governamental. É necessário que as ações incidentes sejam planejadas dentro de uma perspectiva moderna de ordenamento territorial, condizente com uma estratégia de expansão

econômica que considere as especificidades locais e os diversos níveis de participação da sociedade. Ao se considerar, principalmente, a questão geopolítica que permeia a ocupação e o uso dos recursos naturais da Amazônia, faz-se necessário um plano estratégico para a Faixa de Fronteira que responda, sem contradizer ou sobrelevar o planejamento regional, no qual se insere, ao desafio específico de promover o desenvolvimento de uma região por definição altamente complexa em suas relações com os países vizinhos e, por um processo histórico de abandono, extremamente carente de infra-estrutura. As áreas situadas na fronteira brasileira, especialmente aquelas localizadas na Amazônia e no Pantanal, de ocupação econômica recente, carentes de infra-estrutura e de baixo dinamismo, apresentam reduzidos índices de desenvolvimento humano e de qualidade de vida, o que acusa a fragilidade do processo de integração nacional e revela a permeabilidade às influências originadas em países vizinhos, algumas delas de risco à segurança nacional, como narcotráfico, contrabando e guerrilhas. A distância física do centro dinâmico da economia, combinada com as dificuldades de acesso e a dispersão da população nas áreas fronteiriças, produz uma situação de estagnação econômica incoerente com a política de integração nacional.

Importante notar que, tendo sido alvo, nas últimas décadas, de políticas de reforma agrária que estimularam o assentamento de milhares de famílias em regiões longínquas sem a correspondente dotação de infra-estrutura, áreas da faixa de fronteira foram transformadas em itinerário da migração rural-urbana, o que contradiz a perspectiva de integração nacional e reforça a superurbanização precoce da região. Além disso, a criação de unidades de conservação da natureza pelo Governo Federal, visando a proteger áreas de alta biodiversidade e conservar recursos naturais, resulta em uma certa desmobilização dos investimentos nestas áreas, em prejuízo de atividades que, mantidas de modo sustentável, assegurariam a integração ao processo nacional de desenvolvimento. É importante para a missão do MI, em relação ao programa, que as unidades de conservação de uso direto e indireto mantenham determinadas condições de sustentação de atividades e, sem riscos à natureza, promovam a inclusão social das populações locais. Por outro lado, o momento atual, de mudança de paradigmas no sentido da sustentabilidade ambiental e de impulso às trocas internacionais, exige o aprofundamento dos mecanismos de estruturação da faixa de fronteira com vistas à integração latino-americana. A manutenção de espaços deprimidos na fronteira do Brasil é incoerente com a perspectiva de consolidação das relações comerciais e culturais com os países vizinhos.

Este programa, cujo esboço integra, sob controle e participação social, diversas políticas convergentes executadas em várias instâncias públicas e privadas, anuncia a inclusão de uma área territorial de aproximadamente 2.357.850km², abrangendo 588 Municípios em 11 Estados e uma população estimada em 9.557.977 habitantes, em uma perspectiva de desenvolvimento econômico menos concentrado, promotor da superação das desigualdades intra e inter-regionais a partir do aproveitamento das potencialidades locais. A estruturação da base física e econômica da Faixa de Fronteira é condição, portanto, de integração nacional, de inclusão social, de sustentabilidade do desenvolvimento e de afirmação da soberania nacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Atendimento a uma população estimada em 1,05 milhão de habitantes, com 75 projetos de infra-estrutura social e econômica e 15 projetos de

plano de ação em 76 Municípios de 10 Estados, estimulando, assim, o desenvolvimento regional econômico e social, a permanência da população no local em que vive e sua integração ao conjunto da sociedade nacional.

- Implementação de ações de desenvolvimento regional nas cidades gêmeas priorizadas pela Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional como forma de operacionalização das diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).
- Ampliação do número de ações do programa, para implementação no período 2004-2007, tornando-se importantes instrumentos de estímulo ao desenvolvimento sócio-econômico e ambiental da região.

O alcance dos resultados em 2005 pode ser observado de duas maneiras distintas. Por um lado, os resultados alcançados com recursos do plano de ação do Ministério são avaliados de forma positiva, superando a expectativa no tocante à execução física e apresentando um bom desempenho quanto à financeira. No entanto, quando verificamos os resultados referentes às ações de emendas parlamentares, percebe-se que a execução foi realizada muito abaixo do previsto, o que é inerente ao processo.

Como a origem de recursos do programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira é majoritariamente de emendas parlamentares, a sua avaliação é classificada como “abaixo do esperado”.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

- Público-alvo inadequado. Os beneficiários serão atendidos em escala regional, distribuída ao longo do tempo.
- Indicadores inadequados. O MI irá propor novos indicadores para o programa.
- Regionalização inadequada. A insuficiência de recursos físicos e humanos, para atendimento de 27% do território nacional correspondentes à faixa de fronteira, determina a necessidade de atuação sub-regional. Assim, as ações precisarão ser escalonadas no tempo e regionalizadas de modo a promover a estruturação de sub-regiões e sua dinamização econômica, o que não foi previsto na concepção do programa.
- Fontes de financiamento inadequadas. A composição da fonte de recursos não condiz com os objetivos da política de desenvolvimento do país. As ações na faixa de fronteira ainda apresentam falta de foco na promoção e resgate da cidadania, bem como na estruturação e dinamização da economia, planejados no espaço, uma vez que os recursos referentes ao plano de ação são insuficientes para garantir essa atuação focalizada, seguindo diretrizes da PNDR (a maior parte dos recursos do Programa são oriundos de emendas parlamentares).
- Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial. O Ministério ainda não apresenta um corpo funcional permanente em número suficiente, com qualificação específica dentro da carreira de desenvolvimento regional, sendo necessário buscar outras modalidades de contratação para técnicos com perfil gerencial. Cada subespaço priorizado para o desenvolvimento da faixa precisa de um gerente indutor de desenvolvimento da região. Além disso, existem apenas 2 engenheiros para atender ao volume de projetos relacionados a obras civis.

- Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial. A insuficiência deve-se à inexistência de técnicos da carreira de desenvolvimento regional com experiência e formação adequada. Dado o tamanho da equipe, esta ainda se resente de técnicos especializados nos projetos apoiados pelo Programa.
- Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras. Em virtude da baixa qualificação, a capacitação é necessária para promover a otimização da utilização dos recursos.
- Dificuldades de celebração de convênios na gerência. Existem aquelas inerentes ao processo administrativo e outras, na busca de instituições com perfil adequado ao projeto e que preencham requisitos de capacidade técnica, credibilidade e inserção local, bem como viabilidade administrativa e adimplência.
- Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos proponentes. Os proponentes têm dificuldades para a apresentar os relatórios do Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias (CAUC) devidamente atualizados, juntamente com a comprovação de adimplência junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI);
- Lentidão no processo de licenciamento ambiental. As dificuldades apresentadas pelos complexos procedimentos necessários para o licenciamento ambiental de projetos produtivos inviabilizaram o apoio a diversos setores produtivos. A solução encontrada foi apoiar projetos a serem executados por instituições com forte articulação com os organismos ambientais estaduais, visando a viabilizar procedimentos mais ágeis, compatíveis com os prazos de tramitação dos projetos junto ao MI.
- Inadequação e/ou inexistência de norma legal. A legislação que dispõe sobre a faixa de fronteira, que data de 1979, foi regulamentada por Decreto de 1980 e não observa as necessidades de desenvolvimento, fortalecimento da cidadania, dinamização econômica e integração com países vizinhos, o que afeta sobremaneira o desenvolvimento dos Municípios da linha de fronteira, em especial aqueles que compõem cidades gêmeas com países vizinhos, cujo planejamento do desenvolvimento territorial ou subespacial é limitado por questões diplomáticas e barreiras legais.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Visando a ampliar o contexto de ações convergentes para o desenvolvimento regional e para a redução das desigualdades inter e intra-regionais, cabe destacar a importância de aprovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, com abrangência nacional, e o fortalecimento da ação de articulação promovida pela Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional.

RECOMENDAÇÕES

- Buscar ação integrada com outros órgãos governamentais e não-governamentais, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional e pela Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, evitando ações isoladas e com baixa eficácia para o desenvolvimento sustentável dos territórios situados na faixa de fronteira.

- Fortalecer as instituições que promovem a sustentabilidade das ações desenvolvidas na Faixa de Fronteira, com destaque para os fóruns sub-regionais de desenvolvimento, nos quais os atores locais podem identificar problemas e propor soluções conjuntas.
- Incluir associações de Municípios, Estados, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e instituições do Sistema “S” entre os parceiros elegíveis para a implementação das ações “004D – Apoio à Implantação da Infra-estrutura Social e Econômica nos Municípios da Faixa de Fronteira” e “0674 – Apoio a Arranjos Produtivos na Faixa de Fronteira”.
- Aperfeiçoar a aferição dos indicadores do programa ou, se necessário, identificar indicadores alternativos que permitam o monitoramento adequado da implementação das ações do programa.

DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO (CONVIVER)

OBJETIVO

Reduzir as vulnerabilidades socioeconômicas da população das áreas do semi-árido com incidência de seca.

PÚBLICO-ALVO

Populações do semi-árido com incidência estrutural de seca.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ R\$ 230.973.702,00	Empenho Liquidado: R\$ 202.233.895,00 Pago estatais: - Total: R\$ 202.233.895,00
Previsto não orçamentário R\$ 850.000.000	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA REGIÃO DO SEMI-ÁRIDO PELO PROGRAMA

Unidade de medida: Unidade

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Este indicador foi inserido no programa em 2005. Tendo em vista que os projetos apoiados pelo programa possuem, em média, duração entre 2 e 3 anos para sua execução e alcance de objetivos, o indicador só poderá ser mensurado ao final de 2006. Os convênios e projetos em andamento, certamente, estão contribuindo para gerar ocupação e renda para os produtores envolvidos. Apenas não foi possível mensurar os resultados, pois os projetos estão em pleno andamento. Dessa forma, pela complexidade e extensão temporal do programa, somente será possível aferir os primeiros resultados de número de ocupações geradas depois de concluídos os primeiros projetos (convênios) realizados.

2. TAXA DE POPULAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO ATENDIDA COM REDE GERAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 62 em 2002

Índice previsto ao final do PPA: 67

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Tendo em vista que o indicador foi incluído no exercício de 2005 e que os projetos apoiados pelo programa possuem, em média, duração entre 2 e 3 anos para sua execução e alcance de objetivos, é necessário um maior tempo para que o resultado seja mensurado, o que será possível em 2006. Existem dificuldades de se trabalhar com esse indicador, pois os dados disponíveis tratam da macrorregião Nordeste e não especificamente do semi-árido.

3. TAXA DE INTERNAÇÃO DE PESSOAS COM DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS NA REGIÃO DO SEMI-ÁRIDO

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 14,5 em 2001

Índice previsto ao final do PPA: 8

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Como o indicador foi incluído no exercício de 2005 e os projetos apoiados pelo programa possuem, em média, duração entre 2 e 3 anos para sua execução e alcance de objetivos, é necessário um maior tempo para que o resultado seja mensurado, o que será possível em 2006. Existem dificuldades de se trabalhar com esse indicador, pois os dados disponíveis tratam da macrorregião Nordeste, e não especificamente do semi-árido.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O semi-árido constitui uma das sub-regiões mais dependentes de intervenção estatal eficiente para o desenvolvimento regional, voltada para a eliminação dos efeitos desestruturadores decorrentes das adversidades climáticas.

Aproximadamente 500 mil propriedades rurais na área semi-árida não dispõem de oferta adequada de água, aumentando sobremaneira sua vulnerabilidade à seca. A carência de água durante a estiagem aumenta os riscos de fome e desnutrição, desemprego generalizado e migrações intensivas e descontroladas, bem como provoca redução da resistência imunológica.

As obras de grande vulto demandam muitos equipamentos e concentram mão-de-obra, além de exigirem prazos dilatados para construção. Além disso, 40% das obras de captação e de armazenamento pontual de água estão inacabadas ou deterioradas.

Tradicionalmente, as ações limitam-se a medidas assistenciais, em detrimento de intervenções mais efetivas que estimulem projetos educacionais e geradores de emprego e renda, em caráter permanente, visando ao atendimento das necessidades sociais básicas

Neste contexto, torna-se imperativa a articulação dos diversos programas de combate à pobreza, de segurança alimentar e de combate à fome, com os diversos programas de desenvolvimento regional, na implementação de ações que conduzam à sustentabilidade das atividades econômicas nos períodos críticos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Estruturação do programa no âmbito do Ministério da Integração Nacional (MI) e articulação com demais órgãos envolvidos, de forma a compatibilizar as ações com os recursos liberados para execução, quanto à oferta de água e infra-estrutura hídrica, dinamização econômica, Arranjos Produtivos Locais (APLs) e convivência com o semi-árido.
- Fortalecimento da articulação interministerial, pelo Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) de Programas Regionais, com o objetivo de integrar ações multissetoriais convergentes no semi-árido. Foram selecionadas 9 sub-regiões, uma em cada Estado do semi-árido, que serão objeto de uma ação integrada envolvendo 21 órgãos. O GTI coordenou a articulação com os respectivos governos estaduais, com o objetivo de definir uma agenda de atuação federativa nessas sub-regiões. As ações do programa CONVIVER estão sendo priorizadas para a geração de emprego e renda, com resultados no curto prazo. As ações de organização social, capacitação, apoio ao associativismo e cooperativismo, além do apoio à organização e estruturação de APLs, somaram, em 2005, um orçamento de R\$ 9.842,8 mil. As atividades produtivas apoiadas com essas ações são:
 - São Raimundo Nonato, PI: com o apoio do Ministério do Turismo, será construída uma feira turística no centro de São Raimundo Nonato, no local onde se encontra a rodoviária do Município, que será transferida pela prefeitura.
 - Médio e Baixo Jaguaribe, CE: estabelecido o apoio aos setores produtivos do artesanato de palha e da pecuária de leite;
 - Vale do Açu, RN: definido o apoio ao pólo cerâmico do Baixo-Açu.
 - Souza-Piancó, PB: amparo ao APL da fruticultura, com a instalação de uma área de processamento pós-colheita que atenderá às necessidades de comercialização da produção do Perímetro Irrigado de Várzeas de Souza, PB;
 - Sertão do Moxotó, PE: suporte para a implantação do centro tecnológico da agricultura familiar do semi-árido, no perímetro irrigado de Ibimirim, PE, em parceria com consórcio para o desenvolvimento do Moxotó-Ipanema. Apoio ao projeto de realização do marco zero da revitalização da agropecuária na sub-região do Moxotó e APL da apicultura, em parceria com a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF).
 - Santana do Ipanema, AL: amparo ao APL da ovino-caprinocultura, de forma complementar à instalação, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), de um matadouro em Santana do Ipanema, cujo projeto visa a fortalecer a produção para abate na sub-região, de forma cooperativa entre os Municípios, que estão sendo estimulados a se organizarem na forma de consórcio municipal.
 - Sergipana do Sertão do São Francisco, SE: suporte à fruticultura, por intermédio da adequação de sistemas de irrigação no Perímetro Califórnia, e aos APLs de ovino-caprinocultura e aquíicultura, em parceria com a CODEVASF.
 - Brumado-Bom Jesus da Lapa-Guanambi, BA: apoio ao setor

mineral de cerâmica, por meio de um projeto de implantação de bosques energéticos, que pretende garantir material orgânico para queima nos fornos cerâmicos, e ao APL de apicultura, em parceria com a CODEVASF.

- Serra Geral (Janaúba), MG: amparo aos APLs de ovinocultura, apicultura e aqüicultura, por meio da CODEVASF.
- Foi realizada articulação com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Fundação Banco do Brasil para a implantação de unidades familiares de produção agrícola sustentável (mandalas), além de articulações com a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) para a implantação de poços-peixe, visando ao aproveitamento de águas salinizadas para a criação de peixes em tanques escavados, destinados ao consumo familiar.
- Na vertente da infra-estrutura hídrica, as obras do Proágua Semi-Árido atenderão, até o final do programa, uma população aproximada de 4,7 milhões de habitantes. O programa também concluirá 47 obras, que perfazem um total de 2.600km de adutoras, mas apenas as obras de infra-estrutura hídrica não são o bastante para resolver o problema de desenvolvimento. O acesso à água, sem dúvida, é o principal fator para o desenvolvimento no semi-árido, no entanto, para o desenvolvimento econômico e social, é preciso trabalhar fatores que concorram para a dinamização econômica em setores produtivos de impacto micro e mesorregional, gerando ocupação, renda e inclusão social. Durante a execução do programa, foram concluídas 20 obras, beneficiando cerca de 1 milhão de habitantes, dentre as quais, 5 foram finalizadas em 2005, a saber: estação de tratamento de esgotos de Piritiba Mundo Novo, BA, Padrão Central (1ª Etapa, BA), Barragem Arneiroz II, CE, Sistema Águas Vermelhas, MG (blocos 1 e 3) e Sistema Adutor do Piauitinga, SE.
- Foi promovida a produção de pescado pelo sistema de cria no entorno das obras hídricas realizadas pelas entidades vinculadas ADENE, CODEVASF e Departamento Nacional de Obras contra à Seca (DNOCS), no âmbito do programa de Desenvolvimento da Aqüicultura e Pesca, articulado com o programa CONVIVER. As principais atividades foram:
 - implantação de estação de piscicultura em Jaguaribara, no açude Castanhão, CE, para produção de alevinos destinados à piscicultura intensiva e peixamentos;
 - implantação de parques aqüícolas e piscigranjas nos açudes Castanhão, CE, Açú, RN, São Gonçalo, PB e Ibimirim, PE para desenvolvimento do APL de piscicultura e produção de pescado;
 - recomposição da fauna ictiológica do Rio São Francisco, na Região de Petrolina e Juazeiro, à jusante da barragem de Sobradinho, com produção anual de 1,5 milhão de alevinos de espécies nativas, para beneficiar a pesca artesanal e turística, visando a atingir 800 pescadores artesanais, em 8 Municípios, e 2.000 turistas por ano;
 - estruturação do APL de piscicultura no Norte de Minas, no Baixo São Francisco, em Sergipe e Alagoas, e na microrregião de Valença, PI;
 - implantação de projeto de apoio à aqüicultura na região da hidrelétrica de Xingó, BA e no reservatório de Itaparica, capacitando pescadores artesanais para a produção de peixes em tanques-rede.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

As ações do programa são executadas por meio de convênios ou descentralizações de recursos, firmados ou realizados segundo os planos de trabalho e projetos previamente aprovados, dos quais constam as metas a alcançar e respectivos prazos de execução. Tais convênios e descentralizações são acompanhados por técnicos, que verificam a execução e o alcance das metas de forma periódica, mas sem uma regularidade definida. Apontam-se como dificuldades nesse processo a reduzida equipe, a multiplicidade de tarefas e a dependência de informações a serem retornadas pelos parceiros e convenientes.

O comprometimento dos recursos disponibilizados pelo orçamento de 2005 para o programa alcançou o nível previsto, com exceção de algumas dotações de custeio que não foram executadas por não haver disponibilidade de limite orçamentário. A execução física, no entanto, estará concentrada no exercício de 2006, já que a maioria das descentralizações foi realizada no último bimestre de 2005. Grande parte da celebração de convênios, que dão suporte à execução das ações do programa, concentrou-se no último trimestre do ano, em decorrência da seleção de projetos, que exige uma grande interação com as instituições parceiras. Dessa forma, a maioria das execuções financeiras teve início no final do ano e terá continuidade por meio de recursos inscritos em restos a pagar para 2006.

As principais dificuldades encontradas pelo programa no exercício de 2005 foram:

- contingenciamento orçamentário e financeiro;
- licitações e celebração de contratos;
- celebração de convênios por inadimplência dos proponentes e problemas de ordem jurídica;
- estrutura do programa, que distribui as ações em localizadores, o que, embora privilegie a transparência, resulta em perda de desempenho, pois impede o remanejamento de recursos entre obras ineficientes ou inviabilizadas para outras com maiores chances de alcance das metas;
- quantidade de recursos humanos.

Mesmo com a aplicação de grande esforço na interlocução entre a gerência do programa e os executores e na convergência das estratégias do programa, é necessário um maior avanço no sentido de aproximar a estratégia de ação desses atores.

O fluxo de informações das ações sob responsabilidade de outros Ministérios é baixo e, por isso, a Câmara de Desenvolvimento Regional, que conta com a participação de vários Ministérios, está trabalhando para institucionalizar e viabilizar uma ação transversal, a ser incorporada ao PPA e ao orçamento de 2006, caracterizando o programa como, de fato, multissetorial.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A regionalização utilizada na formulação do programa apresenta-se inadequada. Uma sub-regionalização do semi-árido se impõe como condição indispensável para o foco da atuação do programa e não-fragmentação dos recursos disponíveis.

A equipe gerencial, formada pelo Gerente (Secretário da SPR), Gerente Executivo (Diretor da SPR) e Gerente de Apoio (Gerente de Programa), conta com a exclusividade de apenas dois técnicos.

O programa deve aprofundar sua atuação nas atividades previstas de organização social, a fim de gerar uma participação mais direta do público-alvo. A criação de comitês gestores dos APLs para cada segmento econômico apoiado na vertente da dinamização econômica do programa, viabiliza essa participação, no que se refere aos agentes econômicos e sociais associados a cada uma dessas atividades.

Não existem, ainda, mecanismos para a aferição sistemática da satisfação dos beneficiários, embora seja possível avaliá-la a partir de indicações, declarações ou comentários de segmentos representativos da sociedade civil do semi-árido, onde diversas entidades públicas, privadas ou do terceiro setor atuam simultaneamente. O programa tem procurado parcerias não-governamentais com consórcios municipais e, eventualmente, organizações não-governamentais, no entanto, a instabilidade nas regras da administração pública e as diferentes interpretações jurídicas, quanto à celebração de convênios com estes parceiros, dificultam a ampliação dessa ação, em especial em projetos que exigem recursos de investimento.

Os recursos da ação “Gestão e Administração do Programa” (GAP) foram utilizados para pagamento das seguintes despesas:

- a) MI: pessoal temporário, e, ocasionalmente, pagamento de passagens e diárias;
- b) CODEVASF: despesas com serviços administrativos, manutenção de frota veicular, manutenção e conservação de imóveis, tecnologia da informação e demais atividades necessárias à gestão;
- c) ADENE: despesas com o Encontro Regional de Biodiesel no Nordeste e com projeto de apoio ao levantamento energético do Nordeste;
- d) Agência Nacional de Águas (ANA): despesas relacionadas à elaboração de documentos referentes a planos de gestão de bacias, tais como: plano de ações e gestão integrada do complexo Estuarino-Lagunar-Mundaú-Manguaba; atlas de obras prioritárias - resultados 2005; relatório de conjuntura de recursos hídricos; e plano de recursos da bacia hidrográfica do Rio Doce.

A utilização dos recursos da GAP contribui decisivamente para a continuidade do programa e ampliação de seus resultados frente ao desafio da redução das desigualdades regionais, pois permite trabalhar a elaboração de planos e documentos fundamentais para a orientação da ação pública no semi-árido.

RECOMENDAÇÕES

- Redimensionar o público-alvo do programa.
- Incluir as ações “Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Familiares Sustentáveis em Microbacias do Semi-Árido” e “Apoio a Projetos de Inovação Tecnológica da Agricultura Familiar no Semi-Árido” na unidade orçamentária CODEVASF.

DRENAGEM URBANA SUSTENTÁVEL

OBJETIVO

Objetivo: Promover a gestão sustentável da drenagem urbana com ações não-estruturais e estruturais dirigidas à prevenção, ao controle e à minimização dos impactos provocados por enchentes, inclusive nas zonas costeiras.

PÚBLICO-ALVO

População urbana, especialmente a residente em Municípios com áreas sujeitas a inundação periódica.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 330.235.853,00	Empenho Liquidado: R\$ 137.140.182,49 Pago estatais: - Total: R\$ 137.140.182,49
Previsto não orçamentário R\$ 180.000.000,00	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE REGULAÇÃO DA DRENAGEM URBANA NO BRASIL

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 20,7 em 2000

Índice previsto ao final do PPA: 22,7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice não foi apurado. Os indicadores não são adequados para a mensuração da execução do programa.

2. TAXA DE MUNICÍPIOS COM SERVIÇO DE DRENAGEM URBANA SUPERFICIAL NO BRASIL

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 78,5 em 2000

Índice previsto ao final do PPA: 79,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice não foi apurado. Os indicadores não são adequados para a mensuração da execução do programa.

3. TAXA DE MUNICÍPIOS COM SISTEMA DE DRENAGEM SUBTERRÂNEA NO BRASIL

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 67 em 2000

Índice previsto ao final do PPA: 67,8

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice não foi apurado. Os indicadores não são adequados para a mensuração da execução do programa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O programa foi concebido em virtude das enchentes causadas em cidades brasileiras, que provocam inúmeros prejuízos. Existe ainda o problema da baixa capacitação institucional e técnica dos Municípios, resultando na concepção inadequada das ações de drenagem urbana e baixa sustentabilidade das mesmas, além da insuficiência na oferta de infra-estrutura de drenagem urbana.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Córrego Cascavel, GO: conclusão das obras de canalização de 95m do córrego, e construção de uma ponte;
- Fundo do Vale do Córrego Bandeira, MS: conclusão da drenagem de 732m do lençol freático, 770m de microdrenagem em galerias e 14.600m de pavimentação;
- Tabuleiro dos Martins, AL: reinício das obras.
- Apesar de ainda não se terem obtido resultados físicos em 2005, foram investidos recursos, dando início a algumas ações, das quais se destacam as obras em Iturama, MG, Córrego Vendas, MS, Carnaubal, CE e Sobral, CE.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O alcance das metas físicas foi considerado muito abaixo do esperado. Com os empenhos e liberações ocorridos apenas no final do exercício de 2005, ficou prejudicada a execução das obras e, conseqüentemente, o atingimento das metas previstas. A maior parte dos recursos encontram-se inscritos em restos a pagar no ano.

A descentralização dos recursos orçamentários para a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF) e o Ministério da Defesa ocorreu no mês de outubro. Por problema de limites, o financeiro não pôde ser transferido na sua totalidade. Assim, as respectivas ações não puderam alcançar as metas previstas. Aliado às limitações de ordem financeira, as inadimplências por parte do conveniente (Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias – CAUC), prejudicaram o desempenho do programa, o que dificultou a continuidade ou o próprio início das ações.

O limite orçamentário disponibilizado ao programa ficou muito abaixo do previsto, o que levou a gerência do programa provocar junto a SECEX a criação de um Comitê Multissetorial a fim de assegurar uma melhor aplicação dos recursos e, conseqüentemente, atingir as metas previstas na Lei Orçamentária.

As ações do programa devem ser ampliadas de modo a apresentar mais retorno para a sociedade. As metas físicas, devido a limitações orçamentárias e financeiras, deverão ser revistas.

Fatores como limites orçamentários e financeiros, atraso na prestação de contas, inadimplência dos convenientes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), dificultam o alcance das metas previstas no orçamento. Cerca de 85% dos recursos foram inseridos no programa por meio de Emendas Parlamentares, e, em função do limite orçamentário, somente 42% foram empenhados. Se considerada a proposta contida no Projeto de Lei Orçamentária encaminhado pelo Poder Executivo, o percentual de empenho chegou a 97%.

A quantidade e a qualidade dos recursos materiais e de infra-estrutura são inadequadas na equipe gerencial e nas equipes executoras, bem como há insuficiente qualificação dos recursos humanos. Existe a necessidade de veículos e equipamentos de medição adequados aos procedimentos relativos à aferição dos resultados. Há ainda o problema da falta de espaço físico e melhores equipamentos de uso exclusivo. Há também insuficiência de técnicos para atender à demanda na formalização dos convênios e no acompanhamento das suas execuções, principalmente, engenheiros com experiência em estudos e projetos de obras de macrodrenagem e contenção de cheias.

A dificuldade no processo de obtenção de licenciamento ambiental por parte dos proponentes, determinou também a inexecução e o atraso das ações. A ausência de um instrumento normativo simplificado e consolidado, que esclareça melhor os procedimentos de formalização e as regras de licitação, licenciamento e obtenção de outorga, afeta, ainda, o processo executivo.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A mensuração do público-alvo e a avaliação de satisfação do usuário só poderão ocorrer após a conclusão das obras. Todas as ações, após a formalização do convênio, são acompanhadas e inspecionadas, e os dados são registrados no Sistema de Acompanhamento e Supervisão de Obras (SASO), o que permite verificar o desempenho individual de cada ação.

Não existe uma equipe técnica suficiente para realizar pesquisas de resultados nos Municípios e comunidades beneficiadas pelas obras implementadas, mas estão em discussão formas de se avaliar a satisfação dessas comunidades.

RECOMENDAÇÕES

- Rever a metodologia de aferição dos indicadores, pois não são adequados para mensurar o alcance do programa.

EFICIÊNCIA NA AGRICULTURA IRRIGADA

OBJETIVO

Aumentar a eficiência dos recursos envolvidos na produção agrícola irrigada.

PÚBLICO-ALVO

Irrigantes públicos e privados.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 2.870.000,00	Empenho Liquidado: R\$ 115.964,00 Pago estatais: - Total: R\$ 115.964,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. CONSUMO UNITÁRIO ANUAL DE ÁGUA NA IRRIGAÇÃO

Unidade de medida: Metro cúbico por hectare (m³/ha)

Último índice apurado: 17.000 em 2003

Índice previsto ao final do PPA: 16.150

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice estabelecido está em fase de revisão, inclusive o indicador do programa. A sua viabilidade é possível, entretanto, a ação “Cadastro Nacional da Agricultura Irrigada” é de extrema importância para isso, pois por meio dela será possível estabelecer um marco zero na situação dos perímetros irrigados públicos e privados, no tocante ao consumo de água e de energia e sobre a produção, produtividade e utilização de métodos e sistemas de irrigação utilizados.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Apesar da significativa contribuição da agricultura irrigada para o Produto Interno Bruto (PIB) do setor primário, o seu desempenho ainda está longe do ideal. As produtividades médias alcançadas, a eficiência de utilização de água, o emprego de insumos modernos, a capacitação da mão de obra, a integração dos projetos com as cadeias produtivas, entre outros aspectos, são passíveis de melhoria substancial. Pode-se afirmar que, em boa parte da área irrigada, pratica-se uma agricultura tradicional, decrescendo, substancialmente, os benefícios decorrentes da aplicação de água. Adicionalmente, os métodos ainda utilizados no país para cálculo das necessidades hídricas dos cultivos padecem, comprovadamente, de superdimensionamento. A pesquisa existente sobre tais métodos é de pouca expressão e não sistemática, sendo

necessário desenvolver ações que permitam testar e adaptar as novas metodologias e tecnologias.

A implementação do programa traduzir-se-á em uma substancial redução do consumo agrícola de água, economia de energia elétrica e geração de novos empregos, resultando no aumento da oferta de alimentos a custos inferiores aos atuais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- O programa não apresentou resultados diretos para o público-alvo.
- Com relação ao plano de trabalho interno do programa, foi realizada a manutenção do cadastro pela Agência Nacional de Águas (ANA) e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco e Parnaíba (CODEVASF).
- Com os recursos disponibilizados, foi enfatizada a principal ação do programa, “Cadastro Nacional da Agricultura Irrigada”, em parcerias com a ANA e a CODEVASF. Os resultados, devido ao contingenciamento de recursos orçamentários, principalmente os de custeio, ficaram aquém do esperado.
- Cabe registrar que foram utilizados recursos do programa “Integração de Bacias Hidrográficas” para dar andamento ao cadastro, tendo em vista que a área trabalhada é aquela cujos projetos encontram-se sob a área de influência da Bacia Hidrográfica do São Francisco.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Verifica-se que a concepção do programa poderia ser aprimorada quanto à suficiência e pertinência das ações. Com relação à pertinência, as ações de cadastramento e modernização dos sistemas parcelares deveriam ser fomentadas por instrumentos de financiamento, e não executadas diretamente pelo Poder Público. Deveria haver ainda uma ação que permitisse intervenções preventivas desde a fase de implantação dos projetos públicos e privados de irrigação.

CODEVASF e ANA estão finalizando o cadastramento dos usuários de água dos projetos de irrigação situados na Bacia do São Francisco - cerca de 80 mil cadastros. Na ação de modernização, no entanto, ainda não houve como perceber resultados no ano de 2005.

A ausência de diretrizes efetivas na Política Nacional de Irrigação retarda a implementação das ações. Outro problema encontrado pelo programa diz respeito à ausência de instrumentos para o Poder Público interferir de forma efetiva na área de irrigação privada.

As ações do programa estão lastreadas nas despesas de custeio, as quais, no exercício de 2005, estiveram sob contingenciamento, impedindo um melhor desempenho do programa.

Entretanto, alguns avanços foram conquistados em parcerias com a ANA e a CODEVASF no andamento para conclusão do cadastramento.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A cobertura do público-alvo do programa encontra-se abaixo do esperado porque só ocorreu na área de abrangência da Bacia do São Francisco. A ação de modernização ficou restrita a 2 perímetros irrigados do Rio Grande do Sul. É importante lembrar que o objetivo da ação “Cadastro Nacional da Agricultura Irrigada” é exatamente o de delimitar o público-alvo do programa .

As informações são captadas sempre por solicitação da Secretaria de Infra-estrutura Hídrica (SIH), junto à CODEVASF e à ANA, quanto à ação de cadastro da agricultura irrigada. As informações de desempenho físico da ação “Modernização Tecnológica dos Sistemas Parcelares” são enviadas à SIH pelas empresas executoras.

Neste primeiro momento, as informações sobre o cadastro estão sendo trabalhadas pela SIH e as que se referem aos projetos situados na área de abrangência da bacia do São Francisco, pela . CODEVASF e DNOCS. Portanto a cobertura do público-alvo está sendo feita nessa área.

RECOMENDAÇÕES

- Incluir a ação “Modernização Tecnológica dos Sistemas Parcelares” nas unidades orçamentárias CODEVASF e Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)

GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL

OBJETIVO

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial..

PÚBLICO-ALVO

Governo.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 25.660.779,00	Empenho Liquidado: R\$ 22.046.389,00 Pago estatais: - Total: R\$ 22.046.389,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo “Gestão de Políticas Públicas”.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O momento atual requer nova forma de atuação do Estado, em que as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumem especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Continuação de amplo processo de divulgação e difusão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), com a publicação de propostas para discussão do Plano de Desenvolvimento do Semi-árido e da nova delimitação do Semi-árido brasileiro, do Plano de Desenvolvimento da Mesorregião do Jequitinhonha-Mucuri e contratação de consultoria para elaboração do Boletim Informativo da PNDR.
- Continuidade do processo de capacitação de interlocutores de instituições voltadas à formulação de políticas setoriais e de desenvolvimento regional, com ênfase no domínio de ferramentas e instrumentos de apoio ao monitoramento da política.
- Aquisição de infra-estrutura para montagem da rede de desenvolvimento regional.

- Publicação de referencial teórico da Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) e contratação de estudo para elaboração de proposta para discussão de uma PNOT.
- Avanço na discussão das questões referentes ao desenvolvimento regional, em todos os níveis de governo e na sociedade.
- Retomada do planejamento macrorregional, com a discussão de propostas para a Amazônia, o Nordeste e o Centro-Oeste, entre outras escalas regionais, também priorizadas, como o Semi-árido e a Faixa de Fronteira.
- Deflagração da discussão acerca de uma proposta de PNOT.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

- Dimensionamento do público-alvo, que extrapola o universo do Governo Federal e deve reunir, obrigatoriamente, pela extensão do objeto do programa, outros atores sociais.
- Insuficiência de recursos materiais e equipamentos e softwares para o suporte da execução de ações do programa.
- Inadequação de espaço físico, cuja solução tem sido buscada pela Secretaria Executiva do Ministério.
- Inadequação de recursos humanos nas equipes executoras, visto que o Ministério dispõe de quadro reduzido de funcionários efetivos.
- Insuficiência de qualificação dos recursos humanos das equipes executoras, que têm sido capacitados mesmo com o quadro reduzido de funcionários efetivos.
- Contingenciamento orçamentário para custeio.
- Dificuldades de celebração de convênios na gerência, em virtude das exigências previstas na legislação em vigor.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A ação de retomada da discussão do desenvolvimento regional como item prioritário da agenda de desenvolvimento do país tem, cada vez mais, reunido atores dos mais diversos segmentos da sociedade. Além do próprio Governo Federal, há um interesse crescente pela temática nos governos estaduais e nas instituições do terceiro setor. As parcerias construídas com tais atores sociais garantem a continuidade do processo de combate às desigualdades regionais brasileiras, que é objetivo de Estado, e não somente de um Governo ou de parte da sociedade.

A redução das persistentes desigualdades regionais brasileiras é tarefa que demanda anos de esforços sociais, pois os resultados no curto prazo são tênues. Diversos avanços e vitórias geradas no exercício 2005 serão acumulados para o processo de combate às desigualdades. Os beneficiários diretos do programa, como servidores capacitados e representantes institucionais contemplados, foram satisfatoriamente atendidos, porém os reais beneficiários terão amplo retorno somente no médio prazo.

RECOMENDAÇÕES

- Excluir a unidade orçamentária Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) da ação 6421- "Estruturação, Promoção e Coordenação da Rede de Desenvolvimento Regional de Políticas Públicas, Programas e Ações

Relevantes para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial em cada Instância de Governo”, tendo em vista as dificuldades na formação de parcerias enfrentadas pela Agência, principalmente, junto aos governos estaduais e municipais.

INTEGRAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

OBJETIVO

Integrar os recursos hídricos nas bacias com baixa disponibilidade de água, aumentando a oferta de água nessas bacias.

PÚBLICO-ALVO

Comunidades ribeirinhas, pequenos agricultores situados ao longo das várzeas dos rios e açudes, centros industriais e a população urbana.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 542.177.865,00	Empenho Liquidado: R\$ 463.762.019,00 Pago estatais: - Total: R\$ 463.762.019,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. VAZÃO MÉDIA ANUAL DE ÁGUA DAS BACIAS BENEFICIADAS PELO PROGRAMA

Unidade de medida: Metro cúbico por segundo (m³/s)

Último índice apurado: 75 em 2003

Índice previsto ao final do PPA: 75

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice do indicador não foi apurado em 2005, pois, em função do atraso verificado na implantação física do empreendimento, foi previsto apenas para o ano de 2007 o início dos serviços nos 14 lotes de obras. Prevê-se que as obras e fornecimentos da primeira etapa de implantação do projeto de integração do Rio São Francisco desenvolvam-se até o exercício de 2009. Dessa forma, a viabilidade do alcance do índice originalmente previsto deverá concretizar-se apenas para o período de 2007 a 2010.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O homem desbravou e ocupou os espaços do território nacional apropriando-se dos recursos naturais disponíveis no desenvolvimento de suas atividades comerciais e produtivas. Sob essa ótica, os cursos de água tiveram papel fundamental como vetores da dispersão e desenvolvimento das populações, devido à característica de seus usos múltiplos. Na Região Nordeste do país, as características do clima e dos solos ocasionam uma crônica escassez de recursos hídricos, aumentada

pelo inadequado manejo ambiental das bacias. Em outras regiões, o crescimento descontrolado das demandas, aliado à degradação ambiental, está gerando sérios conflitos entre os diversos usos dos recursos hídricos. A interligação hidráulica de bacias hidrográficas permitirá maior equilíbrio regional das oportunidades de emprego e renda associadas ao desenvolvimento sustentável, especialmente em regiões semi-áridas, além de viabilizar uma sistemática mais eficiente de operação de reservatórios já construídos, significando melhor aproveitamento da infra-estrutura hídrica e gestão mais eficaz da água. A integração deve ser implementada a um ritmo tal que previna os possíveis conflitos, devendo ser iniciada e continuada nos espaços sub-regionais e regionais para, a seguir, realizar a integração inter-regional. A não-implementação do programa acirrará conflitos já existentes e propiciará o desenvolvimento dos passíveis de ocorrer.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Como as obras não foram iniciadas, o programa não apresentou benefícios diretos para a sociedade.

Com relação ao desenvolvimento do plano interno de trabalho, foram executadas as seguintes atividades:

- Elaboração do Plano Ambiental Básico (PBA) do empreendimento, englobando 36 programas ambientais;
- Obtenção de licença prévia (LP) do empreendimento junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA);
- Aquisição do certificado de outorga de oferta hídrica do empreendimento, aprovado pela Agência Nacional de Águas (ANA), definindo vazão de adução firme de 26,4m³/s;
- Contratação dos serviços de gerenciamento e apoio técnico ao Ministério da Integração Nacional (MI) para implantação da primeira etapa do empreendimento;
- Elaboração do projeto executivo dos 2 canais de captação dos Eixos Norte e Leste e das barragens Tucutu e Areias;
- Início do processo de desapropriação de áreas para implantação do empreendimento, com 15 áreas e benfeitorias desapropriadas de um total de 2.387 previstas

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A implantação do empreendimento ocorreu aquém do previsto, em função de atrasos no processo de licenciamento ambiental, nas contratações das obras civis, no fornecimento e montagem de equipamentos e nos projetos executivos dos 14 lotes nos quais foram segmentados os 2 sistemas adutores previstos, Eixo Norte e Eixo Leste. Tais atrasos são consequência de diversas liminares impetradas junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), questionando o processo de licenciamento ambiental do projeto de integração do Rio São Francisco e suspendendo preventivamente todos os atos administrativos e processos licitatórios relativos ao projeto. As providências para reversão desses atrasos deverão estar concentradas nas medidas de ordem legal desenvolvidas pelo MI e Advocacia Geral da União (AGU), no sentido de derrubar as liminares vigentes e retomar o processo de licenciamento ambiental, obstando a licença de instalação, bem como dos processos licitatórios para execução de

obras, fornecimento e montagem de equipamentos e desenvolvimento dos projetos executivos.

A execução orçamentária foi aquém das dotações previstas na Lei Orçamentária, tendo em vista as restrições de ordem jurídica e ambiental, no que diz respeito às liminares impetradas, bem como às licenças de instalação que comprometeram sobremaneira essa execução.

O fluxo de recursos também sofreu descontinuidade, pelas mesmas razões.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O MI contratou os serviços de gerenciamento e apoio técnico do empreendimento. O consórcio gerenciador do empreendimento elabora, mensalmente, o relatório de progresso, no qual consta quadro de acompanhamento físico-financeiro do projeto. Em função do atraso na implantação do empreendimento, não se aplica a avaliação do programa em relação à cobertura do público-alvo, pois ainda não há resultados concretos da integração de vazão do Rio São Francisco para as bacias receptoras previstas, para posterior comercialização dos volumes de água fornecidos às companhias de gestão de recursos hídricos dos Estados beneficiados.

No processo de licenciamento ambiental prévio do empreendimento (LP) foram realizadas 9 audiências públicas nos Estados que compõem da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

RECOMENDAÇÕES

Não ha recomendações.

ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE COMUNIDADES POBRES - PRODUIZIR

OBJETIVO

Promover a capacitação e organização produtiva de comunidades pobres, visando sua inserção competitiva no mercado de trabalho, potencializando seus recursos e vocações econômicas.

PÚBLICO-ALVO

Segmentos da população mais vulnerabilizados pela pobreza, os chamados "excluídos sociais", trabalhadores desempregados e/ou subempregados.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 2.651.000,00	Empenho Liquidado: R\$ 2.127.831,00 Pago estatais: - Total: R\$ 2.127.831,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE OCUPAÇÕES GERADAS PELO PRODUIZIR

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 15 em 01/01/2002

Índice previsto ao final do PPA: 30

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Viabilidade de difícil avaliação devido à fragilidade do indicador. Em 2005, foram contratados profissionais que possibilitarão apurar o índice no ano de 2006.

2. TAXA DE SUCESSO DOS EMPREENDIMENTOS DO PRODUIZIR

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: 25

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Viabilidade de difícil avaliação devido à fragilidade do indicador. Em 2005, foram contratados profissionais que possibilitarão apurar o índice no ano de 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A grande extensão territorial do Brasil é um dos fatores que contribui para que o processo de desenvolvimento não se distribua espacialmente de forma homogênea. Ao lado de áreas de grande dinamismo econômico, encontram-se regiões onde as atividades produtivas estão estagnadas e os níveis de bem-estar social são bastante baixos, apresentando graves problemas de desequilíbrio socioeconômico. Nesse contexto, o PRODUZIR, somado a outros programas de dinamização da base produtiva local e regional e de ampliação das possibilidades de acesso aos serviços sociais básicos, visa a promover a inserção econômica e social dos excluídos sociais, populações residentes em áreas deprimidas que se encontram à margem das políticas de desenvolvimento do país.

Os objetivos do programa são: reduzir o desemprego e o subemprego em comunidades urbanas e rurais; capacitar pessoas desempregadas ou subempregadas para sua organização social e produtiva e a geração de postos de trabalho e de renda, potencializando os recursos e vocações econômicos das comunidades; fomentar a estruturação de empreendimentos produtivos, associações e cooperativas para produção de bens e serviços; possibilitar a geração de novas formas e processos de organização social de pessoas que se encontram fora da dinâmica social e das relações de poder local; apoiar a organização de arranjos e cadeias produtivas; e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades e para o desenvolvimento local, mesorregional e regional sustentável.

Assinala-se como um dos enclaves à execução do programa a inexistência de microcrédito disponível nos diversos Estados, adequado às características do seu público-alvo, as dificuldades de capacitação, no curto prazo, de multiplicadores da Metodologia de Capacitação Massiva e a não-implantação do Sistema de Participação Social para Geração de Trabalho e Renda (SIPGER).

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Início da execução de 47 Eventos de Capacitação em Campo.
- Geração de 92 núcleos produtivos coletivos.
- Início da geração e/ou fortalecimento de 141 empreendimentos.
- Capacitação de 4.314 pessoas.
- Elaboração da nova metodologia de execução dos Eventos de Capacitação em Campo.
- Capacitação de técnicos multiplicadores, que atuam como coordenadores dos Eventos de Capacitação em Campo.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

- Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial, que necessita mais 3 profissionais para atuar no acompanhamento e na supervisão das ações.

- Indicadores inadequados, que deverão ser aperfeiçoados, e insuficiência na apuração, atividade que, em 2006, contará com a participação de profissionais já contratados.
- A maior parte da execução física do programa em 2005 ocorreu com recursos do Projeto de Cooperação Técnica Internacional FAO UTF/BRA/040/BRA, disponível a partir de repasses de exercícios anteriores.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O PRODUZIR é um programa de Governo e um Projeto de Cooperação Técnica (PCT). Como programa do PPA, possui recursos ínfimos para sua execução e, como PCT, executa quase a totalidade de suas ações.

O Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN) possui uma estrutura adequada para o acompanhamento e planejamento de programas do PPA, mas inadequada para um PCT, pois os recursos para sua execução, embora sejam originários do orçamento da União, não são necessariamente do exercício em curso. Assim, há uma incompatibilidade entre a execução do programa e do PCT, bem como entre a execução física e financeira. Atualmente, o preenchimento em campos de texto do SIGPLAN destinados a comentários sobre as ações é efetuado, todavia, o campo de comentários não é adequado para o levantamento de informações objetivas e avaliações quantitativas.

A execução dos projetos do programa dura 10 meses, e, por isso, uma ação iniciada num ano é finalizada apenas no ano seguinte. Ações que começaram em 2005 só apresentarão resultados finais no meio do ano de 2006, assim, as informações referentes aos resultados de 2005, preenchidas no SIGPLAN, ficam desatualizadas.

RECOMENDAÇÕES

- Aperfeiçoar parcerias com outros órgãos governamentais e não-governamentais, seguindo as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, de forma a evitar a implementação de ações isoladas e desarticuladas nos territórios.
- Melhorar a interação com outros programas de base territorial, especialmente os programas “1025 - Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO)” e “1022 - Promoção e Inserção Econômica de Sub-Regiões (PROMOVER)”, de maneira a evitar sobreposições na articulação institucional e na implementação de ações.
- Aperfeiçoar o PRODUZIR, visto que sua concepção, execução e monitoramento têm se pautado prioritariamente pelo Projeto de Cooperação Técnica de mesmo nome.
- Aperfeiçoar a aferição dos indicadores do programa ou, se necessário, identificar indicadores alternativos, que permitam o monitoramento adequado da implementação das ações do programa.

PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA EMERGÊNCIAS E DESASTRES

OBJETIVO

Reduzir os danos e prejuízos provocados por desastres naturais e antropogênicos.

PÚBLICO-ALVO

Instituições de Defesa Civi.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 142.369.152,00	Empenho Liquidado: R\$ 35.950.054,00 Pago estatais: - Total: R\$ 35.950.054,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE MUNICÍPIOS PREPARADOS PARA PREVENÇÃO E ATENDIMENTO A DESASTRES

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 67,66 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 78

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O alcance do índice é viável, embora não garanta o alcance do objetivo do programa. As Coordenadorias Municipais de Defesa Civil são os órgãos responsáveis pela prevenção, preparação e resposta a desastres no Brasil e estão presentes em 3.762 Municípios, o que representa 67,66% do total de Municípios. Aqueles em que não há coordenadorias estão mais vulneráveis às situações de riscos de desastres.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O art. 21 da Constituição Federal prevê o planejamento e a promoção da defesa permanente contra calamidades públicas, especialmente as secas e inundações. Os arts. 16 a 19 do Decreto nº 4.649, de 27/03/2003, que aprovou a estrutura regimental do Ministério da Integração Nacional (MI), estabelecem as competências da Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC/MI). O Decreto nº 895, de 16/08/1993, dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), cujo Órgão Central é o SEDEC. A Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Defesa Civil (CONDEC), de 12/12/1994, aprovou a Política Nacional de Defesa Civil.

Os desastres agravam as condições de vida da população, contribuem para aumentar a dívida social e intensificam as desigualdades inter e intra-regionais, afetando o desenvolvimento sustentável do país. Grande número de desastres é agravado pelas migrações internas, que levam à formação de bolsões e cinturões de extrema pobreza nos centros urbanos, em áreas vulneráveis aos desastres, especialmente inundações, deslizamentos de encostas, incêndios em favelas, desabamentos e, muitas vezes, em áreas próximas a depósitos de produtos perigosos, etc. A falta de planejamento da ocupação e/ou utilização do espaço geográfico, desconsiderando as áreas de risco, somada à deficiência da fiscalização local, tem contribuído para aumentar a vulnerabilidade das comunidades locais, urbanas e rurais, com um número crescente de perdas de vidas humanas e vultosos prejuízos econômicos e sociais. Quando não se priorizam as medidas preventivas, há um aumento significativo de gastos destinados à resposta aos desastres. O grande volume de recursos gastos com o atendimento da população atingida é muitas vezes superior ao que seria necessário para a prevenção. Além disso, esses recursos poderiam ser destinados à implementação de projetos de grande impacto social, como geração de emprego e renda. Por outro lado, a maioria dos órgãos que atuam em defesa civil está despreparada para o desempenho eficiente das atividades de prevenção e de preparação.

A não-implementação do programa contribuirá para o aumento da ocorrência dos desastres naturais, antropogênicos e mistos e para o despreparo dos órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela execução das ações preventivas de defesa civil, aumentando a insegurança das comunidades locais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Capacitação de 10.314 agentes de defesa civil, o que corresponde a 220% dos 6.165 previstos. A capacitação contou com a presença de 3.376 alunos e, em maio, foram capacitados 2.000 alunos pelo 1º curso à distância em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina. Em julho, foram treinados, à distância, 320 profissionais de imprensa. Até agosto, foram capacitados 295 agentes de defesa civil, pela Coordenadoria Estadual da Bahia e, em outubro, 300 pessoas no II Fórum Nacional de Defesa Civil, em Jaboatão dos Guararapes, PE. Em novembro, encerrou-se o 2º curso à distância de defesa civil, com 4.000 alunos e, em dezembro, encerrou-se o Curso de Pós-Graduação em Defesa Civil na Universidade Federal de Santa Catarina. Estes resultados tornaram-se possíveis graças ao alto comprometimento do Sistema Nacional de Defesa Civil, em que professores, técnicos e agentes de defesa de todo o Brasil têm se empenhado em promover o acesso ao conhecimento em Municípios com áreas de risco.
- Realização da 1ª Semana Nacional de Redução de Desastres, no período de 10 a 14 de outubro de 2005, em que foram desenvolvidas atividades voltadas à redução de desastres nas comunidades em áreas de risco, com o objetivo de esclarecer e informar crianças, jovens, professores e comunidade em geral a respeito das manifestações dos fenômenos naturais que ocorrem no país. Foi produzido material destinado às atividades com os estudantes da pré-escola à 6ª série do ensino fundamental, com o objetivo de mobilizá-los frente à problemática das áreas de risco e fazê-los conhecer os perigos que os cercam, bem como adotar estratégias de prevenção. O material (cartilhas, sacolas, cartazes, folders, vídeos e caixas de lápis de colorir) foi distribuído a

861 escolas de 14 Estados brasileiros que tiveram danos totais causados por desastres naturais em 2004. No total, 20 mil crianças receberam os kits.

O resultado foi considerado acima do esperado.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial. Faltam, pelo menos, 2 gerentes para ações de prevenção e preparação às respostas de desastres.

Contingenciamento orçamentário. Impossibilitou a realização de 20 cursos de capacitação em diversos Estados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Há necessidade de reconhecimento pelo planejamento federal, pois quanto mais se investe em ações de prevenção a desastres, mais se economiza em resposta a desastres. A estimativa da Organização das Nações Unidas (ONU) indica que, para cada dólar investido na prevenção, se aplicam 8 na resposta a desastres, mas no Brasil, para cada dólar investido na prevenção se aplicam 40 na resposta, o que demonstra que se deve investir mais na prevenção e menos na resposta.

Ocorreu um aumento significativo dos recursos financeiros liberados entre 2004 e 2005 em mais de 150%, porém ainda há muito a ser investido para a prevenção de desastres no Brasil.

Em função da capacitação e conscientização de técnicos nos Municípios, tem havido não somente a criação de Coordenadorias Municipais de Defesa Civil, fundamentais para prevenção, preparação, resposta e reconstrução, mas também a sua efetiva operacionalização, que passa a ser não somente um ato político, mas principalmente o desenvolvimento de uma consciência voltada para a segurança global da população, no que diz respeito a riscos de desastres humanos, naturais e mistos.

RECOMENDAÇÕES

- Incluir a Ação “Apoio à Criação e Implementação de Órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil”, cuja finalidade será fortalecer os órgãos regionais e municipais do SINDEC, reorganizado pelo Decreto nº 5.376, visando à proteção da população, mediante medidas preventivas de preparação, de resposta e de reconstrução.
- Incrementar as articulações com o Ministério das Cidades e o Ministério do Meio Ambiente, tendo em vista a forte interface entre defesa civil, planejamento urbano e gestão ambiental

PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA

OBJETIVO

Aumentar a oferta de água para o consumo humano e para a produção, por meio da execução de obras estruturantes, barragens, açudes, canais, poços públicos e adutoras.

PÚBLICO-ALVO

Populações de regiões com baixa disponibilidade de recursos hídricos, concessionárias de serviços de saneamento e produtores dos setores primário e secundário.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 596.022.665,00	Empenho Liquidado: R\$ 331.684.831,00 Pago estatais: - Total: R\$ 331.684.831,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA

Unidade de medida: Milhão de metro cúbico (m3)

Último índice apurado: 572,00 em 2004

Índice previsto ao final do PPA: 2.858,53

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

A viabilidade do alcance do índice do indicador só poderá ser medida quando as obras forem concluídas. As ações atuais ainda estão em execução e, pelas suas características, somente após a sua finalização, se alcançará a efetividade no sistema.

2. RESERVA DE ÁGUA EM BARRAMENTOS E AÇUDES

Unidade de medida: Milhão de metro cúbico (m3)

Último índice apurado: 5.495,00 em 2004

Índice previsto ao final do PPA: 10.004,84

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

A viabilidade do alcance do índice do indicador só poderá ser medida quando as obras forem concluídas. A justificativa para a As ações atuais ainda estão em execução e, pelas suas características, somente após a sua finalização, se alcançará a efetividade no sistema.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A carência de água para consumo humano e usos múltiplos afeta negativamente os níveis de saúde e restringe as oportunidades de melhoria socioeconômica das comunidades onde a disponibilidade do recurso é reduzida. Essa situação, em muitos casos, é devida ao caráter temporário dos mananciais e à localização das fontes, o que exige grandes esforços para se ter acesso à quantidade mínima indispensável. Paradoxalmente, em outras situações, os recursos armazenados em reservatórios nunca foram eficientemente utilizados, pela inexistência de estruturas de captação, transporte e distribuição. A solução compreende a recuperação de obras existentes e a construção de novas barragens para regulação e armazenamento, bem como de adutoras e estruturas auxiliares necessárias para garantir o acesso fácil à água pelas populações e produtores. Perdurando essa situação, espera-se o crescimento das taxas de mortalidade das populações afetadas, assim como a migração para locais com abastecimento garantido.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Barragem Poço do Marruá, PI: conclusão do maciço de concreto compactado a rolo (CCR);
- Barragem do Córrego João Leite, GO: conclusão do maciço de CCR;
- Barragem Caçamba, AL: construção da estrada de acesso, implantação do canteiro e realização de escavações para a fundação da barragem e canal de desvio;
- Barragem Berizal, MG: execução da 2ª etapa, com conclusão dos serviços de concretagem e terraplanagem do vertedouro, bem como de parte da boca do montante da tomada de água, e compra e montagem dos equipamentos hidromecânicos. Também foram concluídos os Estudos Ambientais Complementares e o Plano de Reassentamento e de Ação Social;
- Complexo Castanhão, CE: implantação de sistemas de abastecimento para 18 comunidades rurais assentadas e estabelecimento de projetos produtivos, desenvolvidos de acordo com a área de assentamento, nas áreas de piscicultura, ovinocaprinocultura, apicultura, artesanato, fruticultura irrigada, pecuária intensiva, galinha caipira, caju e mandioca.;
- Adutora Jucazinho, com 243km de extensão, PE: execução de serviços relativos às obras de assentamento e montagem da adutora, no trecho entre as cidades de Bezerros e Gravatá; realização de atividades de assentamento e montagem de 4km de adutora, referentes ao trecho entre o tanque de alívio unilateral e a estação de tratamento de água da cidade de Bezerros; e instalação de equipamentos hidromecânicos e bombas da estação elevatória 6.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A realização dos empenhos e as liberações ocorreram apenas no final do exercício, prejudicando a execução das obras e, conseqüentemente, das metas previstas. Aproximadamente 78% dos recursos autorizados encontram-se inscritos em restos a pagar.

Alguns fatores, como limites orçamentários e financeiros reduzidos, atraso na prestação de contas e inadimplência dos convenientes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), inviabilizaram o alcance das metas físicas

e financeiras previstas no orçamento. É importante ressaltar que o programa foi encaminhado pelo Poder Executivo com uma monta de R\$ 178 milhões, recebendo emendas no Congresso Nacional de R\$ 311 milhões.

Um ponto concernente às unidades executoras, que ainda deve ser avaliado, é a falta de espaço físico e equipamentos adequados, que gera perdas de eficiência no processo de alocação de recursos. Há também insuficiência de técnicos para atender à demanda na formalização dos convênios e no acompanhamento da sua execução. A deficiência em relação ao número de engenheiros alocados nas unidades executoras poderia ser amenizada por meio da realização de concursos e da consolidação de uma carreira.

Com relação aos proponentes, verifica-se o não-atendimento tempestivo às demandas técnicas e o cumprimento das questões normativas para formalização dos convênios, agravando o atraso no atingimento das metas físicas. A dificuldade no processo de obtenção de licenciamento ambiental por parte dos proponentes determinou a demora, e até mesmo a inexecução, de algumas obras, a saber: Barragem Peão, MG, Barragem Setúbal, MG, Barragem do Falairo, BA, Barragem Olho D'água, CE e Barragem Oiticica, RN.

É necessária a instituição de instrumentos normativos simplificados e consolidados, a fim de esclarecer os procedimentos de formalização e as regras de licitação, licenciamento e obtenção de outorga. A diversidade e a dispersão dessas informações, somadas à falta de clareza de alguns normativos legais, atrapalham o processo executivo. Dessa forma, o Poder Executivo deveria atuar de forma pró-ativa, buscando dar subsídios, por meio de cartilhas e publicações, que visem a orientar a atuação dos parceiros na implementação das ações do programa.

O orçamento do programa tem, aproximadamente, 65% dos recursos destinados ao atendimento de emendas e, do total, somente 55% foram empenhados, tendo em vista os limites orçamentários. Se considerada a proposta do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2005, quase a totalidade dos recursos foi empenhada.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Com relação ao monitoramento das ações, após a formalização dos convênios com Estados e Municípios, são feitos o acompanhamento e a inspeção, e os dados são registrados no Sistema de Acompanhamento e Supervisão de Obras (SASO), o que permite verificar o desempenho individual de cada ação. Existe a necessidade de veículos e equipamentos de medição adequados aos procedimentos relativos à aferição dos resultados. Dada a obrigatoriedade de fiscalização dos recursos repassados, inclusive nos núcleos regionais, faz-se necessário montar uma estrutura adequada à atividade, que demanda inspeções individualizadas no local, e aferir os serviços executados, com uso de equipamentos de medição.

A mensuração do atendimento ao público-alvo só poderá ser realizada ao final das obras do programa.

A participação social do programa ocorre por meio de ouvidorias e audiências públicas. Os governos estaduais e municipais são responsáveis pelos serviços de ouvidoria relativos às obras do programa, e as audiências públicas ocorrem conforme

a exigência das obras, nos termos da legislação ambiental. A implementação das obras do programa pode ser submetida aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, caso haja demanda nesse sentido, de acordo com a legislação pertinente. O processo de avaliação e licenciamento ambiental de projetos e obras e a participação social que ele propicia têm ofertado obras ambientalmente mais seguras e socialmente mais aceitas.

A ação “Gestão e Administração do Programa (GAP)” teve como principais objetos de gasto a realização de estudos e projetos para obras de infra-estrutura hídrica, deslocamento dos técnicos aos projetos e contratação de consultores especializados para análise, avaliação e acompanhamento dos projetos.

RECOMENDAÇÕES

- Alterar a estratégia de implementação do programa para: “as ações do programa compreendem, fundamentalmente: fortalecimento institucional dos sistemas estaduais de gestão dos recursos hídricos; elaboração de estudos, planos e projetos; recuperação e construção de barragens, açudes e adutoras; e aquisição de equipamentos, tais como, motobombas, comportas, válvulas, tubulações e acessórios. As necessidades detectadas pelos governos municipais, estaduais e pelas entidades vinculadas, o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), permitirão a elaboração dos planos de trabalhos anual e plurianual. A execução será descentralizada, em parceria com governos municipais, estaduais e organismos vinculados, e a prioridade das ações será determinada segundo as necessidades das comunidades, a população atendida, os benefícios gerados, a relação benefício/custo e os prazos de execução”

PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS - PROMESO

OBJETIVO

Aumentar a autonomia e a sustentabilidade de espaços sub-regionais, por meio da organização social, do desenvolvimento do seu potencial endógeno e do fortalecimento da sua base produtiva, com vistas à redução das desigualdades inter e intra-regionais.

PÚBLICO-ALVO

Gestores públicos, lideranças sociais, comunidades locais e produtores, com ênfase nos pequenos e médios empreendedores.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 165.502.480,00	Empenho Liquidado: R\$ 122.617.049,00 Pago estatais: - Total: R\$ 122.617.049,00
Previsto não orçamentário R\$ 42.200.000,00	Realizado não orçamentário R\$ 9.310.871,00

INDICADOR(ES)

1. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA REGIÃO INTEGRADA DO DISTRITO FEDERAL (DF) E ENTORNO

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

2. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB-REGIÃO DA BACIA DO ITABAPOANA

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

3. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB-REGIÃO DA CHAPADA DAS MANGABEIRAS

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

4. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB-REGIÃO DA CHAPADA DO ARARIPE

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

5. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB-REGIÃO DA GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

6. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB-REGIÃO DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

7. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB-REGIÃO DE ÁGUAS EMENDADAS

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

8. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB-REGIÃO DO ALTO SOLIMÕES

Unidade de medida: Unidade

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

9. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB-REGIÃO DO XINGÓ

Unidade de medida: Unidade

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

10. NÚMERO DE OCUPAÇÕES NA SUB-REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO

Unidade de medida: Unidade

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

11. NÚMERO DE OCUPAÇÕES NA SUB-REGIÃO DO VALE DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Unidade de medida: Unidade

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

12. NÚMERO DE OCUPAÇÕES NA SUB-REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA E GUARAQUEÇABA

Unidade de medida: Unidade

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

13. NÚMERO DE OCUPAÇÕES NA SUB-REGIÃO DO VALE DO RIO ACRE

Unidade de medida: Unidade

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil apresenta nítidas desigualdades intra e inter-regionais, resultado de um processo histórico de desenvolvimento, que se caracterizou pela concentração em áreas específicas do território, notadamente o Centro-Sul e ao longo da faixa litorânea. Em que pesem modestos avanços em termos de desconcentração, o país ainda carece de políticas públicas efetivas, que contribuam para a inserção equitativa de áreas menos dinâmicas, com precárias condições de vida para seus habitantes, no processo global de desenvolvimento econômico e social.

Enquanto o Governo Federal dispõe de políticas públicas definidas para as camadas menos favorecidas da população, em que o combate emergencial à pobreza e à fome é a prioridade absoluta, são necessárias a formulação e a implementação de uma política voltada para as camadas imediatamente subjacentes, baseada nos modernos conceitos do desenvolvimento regional. O PROMESO justifica-se, portanto, pela necessidade de se atenuar esse problema, atuando, sobretudo, nas seguintes necessidades: (a) de que a atuação do Governo Federal ocorra, de forma integrada, em novas escalas espaciais, preferencialmente em sub-regiões; (b) de que as demandas e possíveis soluções sejam identificadas com a participação efetiva da sociedade civil que, para tanto, deve estar organizada e legitimamente representada; (c) de consolidação, segundo as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), formulada pelo Ministério da Integração Nacional (MI), de um processo consistente e permanente de redução das desigualdades inter e intra-regionais no país, temática esta que tem sido recorrentemente elencada como prioritária pelo Governo Federal.

Do período compreendido entre 1985 e 1999, apenas de 1994 a 1999, percebe-se uma estabilização dos indicadores de desigualdade. A desconcentração que se observou até 1994 não decorreu, entretanto, de uma redução significativa das desigualdades inter-regionais no país, e sim da redução dos níveis de desigualdades intra-regionais, sendo que a interrupção desse processo de desconcentração decorreu simplesmente da estabilização dos níveis de desigualdade intra-regionais.

A queda dos níveis de desigualdade interestadual no âmbito das regiões Sudeste e Nordeste, que juntas representam cerca de 70% da população do país, foi a grande responsável pela redução da média ponderada dos Índices Regionais de Desigualdade Interestadual no Brasil entre 1985 e 1994. Cabe lembrar que a Agenda 21 brasileira, em seu Objetivo 8, prioriza os subespaços regionais com os quais o MI já vinha trabalhando e que, em alguns deles, vinha alcançando resultados importantes em termos de mobilização da sociedade, participação e democratização das decisões, numa clara demonstração da possibilidade e conveniência de se promover o desenvolvimento a partir de uma nova perspectiva.

A importância da intervenção em espaços sub-regionais para a economia nacional e, principalmente, regional é relevante pela necessidade de interiorização do processo de crescimento da economia regional, visando à inserção social e econômica das populações locais.

Este programa deve constituir uma prioridade dentro PNDR do MI, pela sua complementaridade com outros programas e ações desenvolvidos no âmbito regional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Apoio a 43 arranjos produtivos locais em 12 mesorregiões prioritárias e na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF);
- Apoio a 64 associações e cooperativas;
- Capacitação de 4.118 pessoas;
- Apoio ao fortalecimento institucional de fóruns e comitês gestores de arranjos produtivos locais criados no âmbito dos fóruns.

A obtenção de resultados no exercício 2005 ocorreu conforme o esperado, tendo em consideração a totalidade de ações. No entanto, cabe destacar heterogeneidades, tais como: a estratégia de apoiar projetos produtivos, articulando recursos das ações 6424 - Estruturação e Organização de APLs, 4644 - Capacitação para o desenvolvimento Integrado e Sustentável em Espaços Sub-regionais Seleccionados e Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo, permitiu o alcance de metas físicas superiores às previstas pela Lei Orçamentária Anual 2005 (LOA), por meio dos convênios realizados para a execução das ações. As ações 9578 - Apoio a Projetos Integrados para a Transformação Econômica e Sustentável das Várzeas Amazônicas, 9576 - Fomento à Estruturação de Atividades Produtivas e 9581- Fomento à Utilização Produtiva de Áreas Alteradas, resultantes de emendas parlamentares, apresentaram execução financeira e física nulas. Parte das ações resultantes de emendas parlamentares, executadas por instituições vinculadas ao MI, apresentou execução financeira de ações. No entanto, o não-preenchimento dos dados físicos correspondentes inviabiliza a avaliação da execução física e dos seus resultados. A formalização dos convênios, realizada em especial no terceiro trimestre do ano, permitirá que a execução física das ações tenha início no exercício de 2006, viabilizando a mensuração de seus resultados concretos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial. O Ministério não possui recursos humanos, no quadro permanente, com qualificação específica dentro da carreira de desenvolvimento regional, sendo necessário buscar outras modalidades de contratação de técnicos com perfil gerencial. A necessidade de uma ação de acompanhamento mais próximo de cada uma das 12 mesorregiões, objetos de ações do programa, leva à necessidade de uma equipe gerencial volumosa. Avanços quanto à qualidade e quantidade da equipe técnica disponível foram feitos no exercício de 2005, que, no entanto, ainda se apresenta insuficiente.

Contingenciamento orçamentário A redução de limites financeiros de custeio do MI, provocada pelo contingenciamento orçamentário, impossibilitou a execução de parte de recursos do programa.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos. A realização de licitações para a execução de ações ocorre por meio de convênios realizados com Estados, Municípios e outras instituições, porém Estados e Municípios apresentam dificuldades na

operacionalização dos processos licitatórios, gerando morosidade na implementação dos projetos e dificultando o alcance dos resultados e a aferição de indicadores.

Dificuldades de celebração de convênios na gerência. As dificuldades na elaboração de convênios devem-se a fatores inerentes ao processo administrativo e à busca por instituições com perfil adequado ao projeto e que preencham requisitos de capacidade técnica, credibilidade e inserção local, viabilidade administrativa e adimplência. O fato de haver predominância de recursos de investimento, com a realização de obras civis, condiciona, também, o processo de seleção de parceiros e de realização de convênios.

Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes. Com a utilização do Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias (CAUC), no novo formato proposto em 2005, muitos Estados e Municípios, selecionados para execução de projetos por suas características técnicas e de inserção local e regional, se viram impossibilitados, por muitos meses, de celebrarem convênios por motivo de inadimplência frente ao sistema de controle com as novas características em vigência. Isso acarretou atraso na elaboração de convênios, gerando a necessidade de busca de novos parceiros e de readaptação de projetos às novas escolhas.

O Congresso Nacional incluiu 7 novas ações no programa pela Lei Orçamentária Anual 2005. Houve dificuldades quanto à implementação dessas ações, com repercussões importantes no acompanhamento de seus resultados e na sua contribuição para os objetivos do programa. Três ações (9578 - Apoio a Projetos Integrados para a Transformação Econômica e Sustentável das Várzeas Amazônicas, 9576 - Fomento à Estruturação de Atividades Produtivas e 9581 - Fomento à Utilização Produtiva de Áreas Alteradas) apresentaram execução financeira e física nulas, prejudicando a avaliação do programa, com resultados desiguais em relação às ações concebidas inicialmente.

A aplicação dos recursos referentes ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional na Amazônia e no Nordeste é realizada sem articulação com as ações desenvolvidas nos espaços prioritários trabalhados pelo PROMESO, não trazendo impactos diretos para os objetivos do programa e para as áreas prioritárias apoiadas pelo programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Visando a ampliar o contexto de ações convergentes para o desenvolvimento regional e para a redução das desigualdades inter e intra-regionais, cabe destacar a importância da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, criada no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, da qual participam 21 Ministérios e Secretarias Especiais do Governo Federal. No âmbito dessa Câmara, foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial de Programas Regionais, que definiu 5 mesorregiões (Alto Solimões, Chapada do Araraípe, Vale do Jequitinhonha e do Mucuri, Grande Fronteira do Mercosul e metade sul do Rio Grande do Sul) como áreas prioritárias para a articulação de ações e programas desses Ministérios. A ação conjunta dos Ministérios deu origem a Agendas de Compromissos nesses espaços.

RECOMENDAÇÕES

- Aperfeiçoar parcerias com outros órgãos governamentais e não-governamentais, seguindo as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, de forma a evitar a implementação de ações isoladas e desarticuladas nos territórios.
- Melhorar a interação com outros programas de base territorial, especialmente os programas “1022 – Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões (PROMOVER) e 8009 – Organização Produtiva de Comunidades Pobres – PRODUZIR”, de maneira a evitar sobreposições na articulação institucional e na implementação de ações.
- Aperfeiçoar a aferição dos indicadores do programa ou, se necessário, identificar indicadores alternativos que permitam o monitoramento adequado da implementação das ações.

PROMOÇÃO E INSERÇÃO ECONÔMICA DE SUB-REGIÕES - PROMOVER

OBJETIVO

Promover, em espaços sub-regionais dinâmicos, a inserção competitiva de atividades econômicas potenciais nas economias local, regional, nacional e internacional.

PÚBLICO-ALVO

Investidores potenciais, pequenos e médios empreendedores, mão-de-obra existente nas áreas selecionadas de atuação.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 74.521.291,00	Empenho Liquidado: R\$ 69.490.995,00 Pago estatais: - Total: R\$ 69.490.995,00
Previsto não orçamentário R\$ 8.590.000,00	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. FATURAMENTO BRUTO NOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS ATENDIDOS PELO PROGRAMA

Unidade de medida: Real (R\$)
 Último índice apurado: -
 Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
 Viabilidade de difícil avaliação devido à fragilidade do indicador.

2. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS APOIADOS PELO PROGRAMA

Unidade de medida: Unidade
 Último índice apurado: -
 Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
 Viabilidade de difícil avaliação devido à fragilidade do indicador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Recorrentemente são apresentados alguns indicadores de desenvolvimento e de disponibilidade de recursos humanos e de capital físico, que revelam precariedade e

fragilidade, em termos de capacidade e sustentabilidade, do processo de redução das desigualdades inter e intra-regionais no Brasil. Essa situação torna-se cada vez mais complexa para as regiões menos dinâmicas, à medida que se reduzem sistematicamente as barreiras anteriormente existentes no âmbito do comércio internacional, de forma que tais regiões, que já enfrentam a concorrência das regiões mais dinâmicas do país, passam a competir com produtos oriundos dos mercados externos. Não obstante, revelam-se, em alguns casos, oportunidades produtivas existentes e potenciais que, adequadamente identificadas e incentivadas, numa perspectiva sistêmica, poderiam se constituir em vetores do desenvolvimento, pautados na capacidade endógena dos recursos humanos existentes e no aproveitamento sustentável dos recursos daquelas regiões. Dessa forma, a mobilização de ações, de iniciativas e de recursos, aproveitando-se as disponibilidades locais existentes, pode revelar os seus condicionantes de competitividade, os seus principais pontos de estrangulamento e, principalmente, as soluções para os problemas identificados. Nesse sentido, evitando-se a sobreposição de iniciativas e ampliando-se as possibilidades de parcerias existentes nas diversas experiências implementadas pela sociedade civil, voltadas para a identificação e promoção de arranjos produtivos locais, clusters, cadeias produtivas e treinamento e capacitação de mão-de-obra, entre outros, possibilitar-se-ia um processo virtuoso de redução consistente das desigualdades verificadas no país.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Início do incremento da competitividade nos Arranjos Produtivos Locais (APLs) apoiados pelo programa.
- Superação de dificuldades em APLs apoiados.

Os projetos apoiados em 2005 ainda estão em andamento, mas já apresentam resultados ou perspectivas que podem caracterizá-los como dentro do esperado.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Definição dos Indicadores. Como os projetos apoiados pelo programa possuem duração média de 2,5 a 3 anos, e os indicadores foram inseridos no programa pela primeira vez no ano de 2005, os resultados só poderão ser mensurados ao final de 2006.

Quantidades inadequadas de recursos humanos nas equipes executoras. Embora a situação da equipe executora tenha apresentado um avanço na quantidade de pessoas dedicadas a execução de ações do programa, entre 2004 e 2005, ainda existe a necessidade de contratação de 3 gerentes de projetos para suprir as demandas de execução e monitoramento de projetos apoiados pelo programa. .

Contingenciamento orçamentário. Em função do contingenciamento orçamentário de recursos de custeio, algumas atividades foram alteradas para que se adequassem à natureza e quantidade de recursos, entretanto, isso não provocou grande prejuízo. Atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios. Alguns Estados e Municípios atrasaram o envio de prestação de contas, o que inviabilizou o repasse de parcelas dos convênios, gerando atraso no alcance das metas previstas nos projetos.

Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes. Diversos

parceiros executores dos projetos possuíam algum tipo de inadimplência, impedindo a celebração de convênios e seus pagamentos.

Lentidão no processo de licenciamento ambiental.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O programa PROMOVER possui, em seu eixo central, duas grandes ações: 1) “Apoio a Arranjos Produtivos Locais”; e 2) “Capacitação de Recursos Humanos para a Competitividade”. Na análise da primeira ação, em suas diversas unidades orçamentárias, percebe-se que o alcance das metas físicas estabelecidas foi de 86%, com a execução de cerca de 89% dos recursos financeiros disponíveis. Com relação à segunda, a execução física foi superior a 100%, mesmo com execução financeira de 70%. Esse fato justifica-se pela articulação, na elaboração dos projetos, de recursos de custeio dos parceiros executores.

RECOMENDAÇÕES

- A ação 09EF – “Apoio a Pesquisas e Inovações Tecnológicas em Doenças dos Trópicos” possui pouca aderência aos objetivos do programa e deve ser excluída.
- Aperfeiçoar parcerias com outros órgãos governamentais e não-governamentais, seguindo as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, de forma a evitar a implementação de ações isoladas e desarticuladas nos territórios.
- Melhorar a interação com outros programas de base territorial, especialmente os programas “Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO)” e “Organização Produtiva de Comunidades Pobres (PRODUZIR)”, de maneira a evitar sobreposições na articulação institucional e na implementação de ações.
- Aperfeiçoar a aferição dos indicadores do programa ou, se necessário, identificar outros que permitam o monitoramento adequado da implementação das ações do programa.

RESPOSTA AOS DESASTRES

OBJETIVO

Promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por desastres, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados, especialmente nos casos de situação de emergência e estado de calamidade pública reconhecidos pelo Governo Federal.

PÚBLICO-ALVO

Pessoas afetadas por desastres, especialmente os estratos populacionais menos favorecidos.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 254.129.531,00	Empenho Liquidado: R\$ 228.169.817,00 Pago estatais: - Total: R\$ 228.169.817,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE RESPOSTA AOS DESABRIGADOS E DESALOJADOS NOS MUNICÍPIOS EM EMERGÊNCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA

Unidade de medida: Porcentagem

Último índice apurado: 10 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 41

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O alcance do índice é viável, embora não reflita a realidade, em função de as ações deste programa serem basicamente de resposta após a ocorrência dos desastres naturais, humanos e mistos, o que não é previsível, sendo normalmente aferido ao final do exercício financeiro. Em termos de meta física, não é possível prever com segurança, mas estima-se que, ao final de um dos 4 anos do programa, tenha sido atingido um índice aproximado de $\frac{1}{4}$ do previsto, considerando-se o que foi realizado e normalmente se repete.

CONTEXTUALIZAÇÃO

- O art. 21 da Constituição Federal prevê o planejamento e a promoção da defesa permanente contra calamidades públicas, especialmente as secas e inundações.
- O Decreto nº 4.649, de 27/03/2003, aprovou a estrutura regimental do Ministério da Integração Nacional (MI) nos artigos de 16 a 19, que

estabelecem as competências da Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC/MI).

- O Decreto nº 895, de 16/08/1993, dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), cujo Órgão Central é o SEDEC.
- O Decreto nº 1.080, de 08/03/94, regulamenta o Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP).
- A Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Defesa Civil (CONDEC), de 12/12/1994, aprovou a Política Nacional de Defesa Civil.

Há freqüentes ocorrências de desastres naturais, humanos e mistos, com danos às pessoas e ao patrimônio e com grandes prejuízos econômicos e sociais. Além disso, a maioria dos Municípios não possui estrutura e capacidade financeira para administrar a normalidade, mais ainda na anormalidade provocada por desastres. Especialmente nos desastres de grande porte, quando as necessidades ultrapassam a capacidade de resposta dos Municípios, o atendimento supletivo do Governo Federal tem sido feito sem a urgência necessária (ações relacionadas com o socorro, a assistência às pessoas afetadas e a reabilitação dos cenários), devido à burocracia no repasse dos recursos orçamentários e extraordinários, inviabilizando a pronta resposta. A alocação de recursos no FUNCAP viabiliza a implementação imediata das ações de pronta resposta aos desastres. Nos últimos anos, a indisponibilidade orçamentária comprometeu o atendimento emergencial e oportuno às pessoas afetadas por desastres.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Atendimento a todos os Municípios carentes de ajuda federal, considerando-se os recursos financeiros orçamentários e os oriundos de Medidas Provisórias e emendas parlamentares, no que se refere a socorro e assistência às populações afetadas por desastres e que solicitaram o apoio do Governo Federal. Nas ações de socorro e assistência às pessoas atingidas por desastres e nas de recuperação de danos causados por desastres, devido à burocracia, não foi possível o atendimento pleno com a utilização dos recursos totais envolvidos.
- A SEDEC realizou os empenhos dentro dos prazos e conforme a legislação vigente, no entanto, ocorreram cancelamentos de empenhos realizados, em face do não-atendimento, por parte dos proponentes, às normas legais em vigor, basicamente por não terem conseguido fornecer documentação indispensável à formalização dos convênios.

O resultado foi considerado dentro do esperado, mas os resultados poderiam ter sido melhores caso não ocorresse o excesso de burocracia, aliado ao despreparo das equipes municipais

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Composição das fontes de financiamento. O orçamento anual (LOA) é extremamente reduzido e sua execução depende, portanto, da edição de Medidas Provisórias e de emendas parlamentares, as quais, em seu conjunto, representaram em 2005 mais de 10 vezes a dotação orçamentária desta Secretaria, configurando-se uma verdadeira inversão de valores. Existe o FUNCAP, criado por Lei Federal, o qual não é dotado anualmente de recursos financeiros e que poderia servir como poderoso instrumento

de agilização, tanto das ações de socorro como as de reabilitação e amenizando os efeitos da edição das Medidas Provisórias.

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física, contingenciamento orçamentário e atraso na liberação de recursos. Devido aos contingenciamentos de recursos e à imposição de limite orçamentário e financeiro mensal, eventualmente ocorrem descontinuidades, prejudicando inclusive a realização de destaques orçamentário-financeiros a Órgãos Federais parceiros nas ações de resposta a desastres. No caso das Medidas Provisórias e das emendas parlamentares, as dotações demoram a ser disponibilizadas no curto prazo, prejudicando as populações atingidas.

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial Há necessidade de aquisição imediata de equipamentos especializados e materiais específicos à atividade da equipe gerencial, os quais, devido às dotações orçamentárias existentes, são adquiridos em quantidades pequenas, demandando tempo excessivo para o atendimento das equipes empregadas nas diversas ações do programa.

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras. Há necessidade de mais profissionais capacitados na equipe gerencial e nas equipes executoras, de forma a realizar o gerenciamento das diversas atividades afetas à SEDEC.

Insuficiente qualificação de recursos humanos da equipe gerencial e das equipes executoras. A inexistência de Plano de Cargos e Salários no Ministério dificulta bastante o recrutamento de pessoal em nível gerencial. O vencimento mensal dos técnicos de nível superior é ínfimo se comparado ao de outras categorias salariais, o que concorre para a alta rotatividade dos técnicos concursados, os quais realizam concursos em outros órgãos de melhor remuneração e, conseqüentemente, se afastam por força de suas nomeações. Esse fato obriga a constante reciclagem e treinamento repetido dos novos servidores, prejudicando o desempenho administrativo da SEDEC.

O atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios ocasiona acúmulo de problemas administrativos, pelo despreparo das equipes municipais e mesmo algumas estaduais, o que compromete o dia-a-dia administrativo da SEDEC e acarreta a perda de tempo e esforços consideráveis no atendimento de diligências dos órgãos de fiscalização e controle.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos. São enfrentadas dificuldades devido ao despreparo das equipes administrativas municipais e estaduais, na formalização dos processos administrativos obrigatórios pela legislação.

Lentidão no processo de licenciamento ambiental. Os convênios são celebrados com cláusulas condicionantes de somente liberar os recursos financeiros após a apresentação da documentação obrigatória. Esse aspecto prejudica, em última instância, a população afetada por desastres.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Estão em fase de criação as Coordenadorias Municipais de Defesa Civil em ritmo acelerado no país, bem como diversos Municípios têm incrementado a criação e funcionamento dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUDEC), especialmente para atender à população de baixa renda residente nas periferias dos centros urbanos. Isso tem auxiliado a redução dos efeitos dos desastres junto à população afetada, com reflexos positivos na conscientização dos cidadãos e a significativa redução das mortes ocasionadas por desastres. Essas atividades têm sido, geralmente, solicitadas pelas comunidades junto aos seus governantes.

Está em implementação o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres, o qual constituirá um espaço próprio com equipamentos de última geração, operados por especialistas treinados e apoiado em um sistema de Tecnologia da Informação (TI) recentemente instalado, o Sistema Operacional de Defesa Civil, que já emite, atualmente, os alertas meteorológicos a todos os Municípios e Estados, bem como realiza o socorro às populações atingidas por desastres, desencadeando as Portarias de reconhecimento de situação de emergência ou de estado de calamidade pública e, ainda, servindo como base de dados de áreas de risco e de facilidades de apoio e socorro às populações em todo o território nacional, sendo que tudo será interligado mediante a Rede Nacional de Defesa Civil, em futuro próximo. Trata-se, portanto, de uma ferramenta de extrema utilidade no gerenciamento de crises.

RECOMENDAÇÕES

- Simplificar o processo de descentralização de recursos mediante transferências voluntárias (convênios), especialmente nos casos de reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública.
- Incrementar as articulações com o Ministério das Cidades e o Ministério do Meio Ambiente, tendo em vista a forte interface entre defesa civil, planejamento urbano e gestão ambiental.

TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DOS PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO

OBJETIVO

Transferir os perímetros públicos de irrigação em condições adequadas à autogestão pelos usuários.

PÚBLICO-ALVO

Produtores de perímetros públicos irrigados.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$176.843.673,00	Empenho Liquidado: R\$ 132.383.849,80 Pago estatais: - Total: R\$ 132.383.849,80
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DA TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DE PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO PARA OS USUÁRIOS/PRODUTORES

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: 20%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta. A meta é factível, porém dependente das liberações financeiras, que, se limitadas ao que foi disponibilizado em 2005, inviabilizarão o alcance do índice. Em caso contrário, há possibilidades de recuperação.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O viés paternalista das políticas de irrigação e de reforma agrária, comum à grande maioria dos países em desenvolvimento, tem reflexo no programa “Desenvolvimento da Agricultura Irrigada”, no decorrer das duas primeiras décadas de sua existência, resultando na dependência da assistência financeira pública para o custeio dos gastos de operação e manutenção. Da mesma forma, a grande maioria dos produtores beneficiados por esses projetos nunca alcançaram os níveis de capacitação necessários para se transformarem em pequenos empresários rurais. A figura do colono corresponde a um agricultor de subsistência, explorando uma área na qual foram efetuados vultosos investimentos para adequá-la à produção intensiva.

A transferência da gestão, processo que no Brasil foi denominado emancipação, comprovou ser a medida mais eficaz para aumentar a produtividade das áreas

beneficiadas, bem como para garantir a economia de água e manutenção apropriada das estruturas, verificando-se, igualmente, uma significativa redução de custos operacionais. Como resultado adicional, os produtores deixam de utilizar recursos para a manutenção dos empreendimentos, destinando-os à expansão da área irrigada ou outras atividades que garantam maior retorno socioeconômico. No país, muitos projetos públicos continuam, direta ou indiretamente, sob a tutela do Governo ou necessitam de subsídios públicos para a sua gestão.

Para atingir a autogestão, é indispensável um período de adequação, com operação inicial nos novos projetos e reorganização nos projetos em funcionamento, de modo a permitir que os produtores obtenham as condições mínimas para assumir os encargos financeiros decorrentes. Durante esse período, os agricultores são conscientizados do seu papel de empresários rurais e capacitados em agricultura irrigada e nas tarefas de operação e manutenção dos sistemas. Especialistas fomentam e estimulam a formação do “Distrito de Irrigação”, entidade responsável pelo fornecimento de água, bem como a formação de cooperativas ou associações de produtores como forma de obter vantagens competitivas para a sua produção. Tais condições favorecem considerável ampliação da área irrigada e, conseqüentemente, da produção agrícola, assim como a geração de emprego e renda. Atualmente estão em operação 80 projetos que poderão fazer parte do programa no período 2004-2007.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- O programa deu prosseguimento às atividades de gestão dos perímetros, sendo que as metas para 2005 devem ser atingidas em março de 2006. Estava prevista a transferência da gestão de 9 perímetros em 2005, a saber: 3 da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), 1 do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) e 5 do Ministério da Integração Nacional (MI), através de convênios com Estados.
- Os da CODEVASF, incluídos no Projeto Piloto de Investimento (PPI), tiveram sua gestão transferida. O perímetro do DNOCS somente poderá ser transferido em 2006, devido a problemas de regularização fundiária e deficiência de recursos financeiros. Dos 5 perímetros do MI, para os quais nenhum recurso financeiro foi liberado em 2005, 4 serão transferidos até julho de 2006 e o outro, somente em 2007.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O cronograma de liberação de recursos afetou diretamente o atingimento das metas físicas previstas para o programa. Outro problema referente aos recursos orçamentários está relacionado ao limite disponibilizado ao órgão, impossibilitando a utilização de todos os recursos do MI.

A falta de espaço físico para comportar a equipe de trabalho, além da insuficiência de instrumentos de trabalho, comprometeram o efetivo desenvolvimento das ações.

Outro problema recorrente diz respeito à insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial. O pessoal existente no MI não está capacitado para realizar as ações e há necessidade da atuação de consultores. Os recentemente contratados por concurso, devido ao reduzido salário, apresentam falta de motivação

para continuar e a qualificação necessária dos profissionais das diversas áreas é apenas a experiência em perímetros irrigados em funcionamento

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Embora a cobertura do público-alvo tenha alcançado o número esperado, houve grande atraso no início das atividades, devido à liberação de recursos.

Os irrigantes foram apenados devido à não-viabilização de medidas relativas a crédito e assistência técnica, e a organização e reabilitação sofreram atrasos significativos em função da falta de recursos oportunos.

O monitoramento de todos os perímetros é feito mensalmente por meio do levantamento das informações no local e existe uma contínua troca de informações entre o Ministério e as unidades administrativas executoras. O monitoramento e a troca de informações são realizados por técnicos locais e equipes específicas para acompanhamento em contato direto com a coordenação, mas está ocorrendo significativa redução de recursos humanos, em função das limitações financeiras impostas ao programa.

Houve uma redução significativa entre o valor previsto e o aplicado na ação Gestão e Administração do Programa (GAP), gerando dificuldades operacionais, principalmente, referentes à sua execução e controle.

RECOMENDAÇÕES

Incluir as ações:

- Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Flores de Goiás, com 3.800ha (1ª Etapa), no Estado de Goiás;
- Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Jacaré-Curituba, com 3.150ha, no Estado de Sergipe;
- Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Sampaio, com 999ha, no Estado do Tocantins;
- Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Rio Formoso, com 27.787ha, no Estado do Tocantins;
- Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Gurita, com 220ha, no Estado do Tocantins;
- Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Luís Alves do Araguaia (2ª Etapa), com 4.736ha, no Estado de Goiás.